



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA: LIMITES E AVANÇOS
NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

VALDIR AUGUSTO DA SILVA

**FORTALEZA – CEARÁ
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VALDIR AUGUSTO DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA: LIMITES E
AVANÇOS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Professor Dr. Hermano Machado Ferreira Lima

**FORTALEZA – CEARÁ
2010**

S586p

Silva, Valdir Augusto

Políticas públicas para a economia solidária: limites e avanços no município de Fortaleza / Valdir Augusto da Silva. — Fortaleza, 2010.

110 p.

Orientador: Prof. Dr. Hermano Machado Ferreira Lima.

Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados.

1. Economia Solidária. 2. Política Pública. 3. Institucionalização. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados.

CDD: 306.3

VALDIR AUGUSTO DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA: LIMITES E AVANÇOS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Hermano Machado Ferreira Lima
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Orientador

Professor Dr. João Bosco Feitosa dos Santos
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Examinador

Professor Dr. Francisco Josênio Camelo Parente
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Examinador

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Senhor José Augusto e Dona Iracema, que sempre acreditaram em mim.

À minha esposa, Luzenilce, que esteve ao meu lado em todos os momentos.

Aos meus filhos, Daniel e Bruna, que me inspiraram nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar presente em todos os caminhos da minha vida.

Ao professor Hermano Machado Lima, por ter acreditado na minha proposta e, com toda a sua sabedoria, ter me apoiado e orientado na trajetória que percorri.

Ao amigo Marcos Arcanjo, por ter possibilitado o acesso à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do município de Fortaleza e me apoiado sempre que precisei de informações.

Ao professor Bosco Feitosa, pelas sugestões precisas e fundamentais para correção de rumos na realização da pesquisa de campo.

Ao professor Josênio Parente, pelas observações pertinentes e importantes para o aprimoramento dos textos.

À Márcia Pessoa e toda a equipe de técnicos da célula de economia solidária da SDE, pela atenção e competência com que repassaram as informações imprescindíveis à realização deste trabalho.

À Eliana Nobre e à Helena Laureano, por terem me apresentado à Rede Cearense de Socioeconomia Solidária e possibilitado o acesso a informações e pessoas, o que contribuiu para a ampliação dos resultados desta pesquisa.

A todos os representantes dos grupos econômico-solidários pesquisados, pela atenção e presteza com que participaram da pesquisa de campo.

À Carmen Sílvia, ao Hudson Lopes e aos demais colegas da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), pela colaboração, compreensão e incentivo, durante esse percurso.

Ao Governo do Estado do Ceará, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização desse mestrado.

RESUMO

A economia solidária é uma forma de organização fundada nas lutas sociais, em resposta ao desemprego e a precarização do trabalho, que se manifesta por meio dos coletivos que promovem a produção, o consumo e a distribuição da riqueza, tendo como centralidade o ser humano e cujos princípios fundamentais são o associativismo, o cooperativismo e a autogestão. Com o seu ressurgimento nas últimas décadas do século XX, o principal desafio passou a ser a construção de políticas públicas que assegurem a consolidação do movimento com vistas a promover o desenvolvimento local, sustentável e emancipatório, política e socialmente. A política pública é parte integrante do processo de institucionalização da economia solidária, que se manifesta também por meio de programas ou ações nos orçamentos oficiais e, ainda, na estrutura regimental dos órgãos públicos. Nesse contexto, a pesquisa investigou as políticas públicas de fomento à economia solidária no município de Fortaleza (CE), tomando como delimitação a ação pública sob a responsabilidade da célula de economia solidária, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Buscou-se investigar os avanços e limitações na implementação das políticas de fomento à atividade, com base na institucionalização da economia solidária no governo municipal. Adotou-se como técnica de investigação o estudo de caso, com a aplicação de instrumentos de coleta combinados, com vistas a identificar também as percepções dos principais atores envolvidos com a economia solidária: gestor público, empreendimentos econômico-solidários e a coordenação da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária. Ao final da investigação, foi possível registrar como avanços da ação pública do governo municipal, inicialmente, o fato de que a economia solidária passou a fazer parte da agenda pública, por meio da sua institucionalização, com destaque significativo para criação da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária e a criação de redes solidárias de colaboração. Como limitações, o destaque foi a ausência de constituição do Fundo Público e do Conselho de Economia Solidária no marco legal da atividade, a pouca interlocução com a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, a falta de recursos financeiros e a falta de mecanismo eficaz de inserção dos empreendimentos nas compras governamentais. Após a análise da institucionalização da economia solidária e das percepções dos atores pesquisados, em que pese as necessárias correções de rumo, conclui-se que a ação pública municipal não é assistencialista, ao contrário, gera trabalho e renda, sem desconsiderar a importância da emancipação dos indivíduos no desenvolvimento local e sustentável.

Palavras-chave: economia solidária; política pública; institucionalização.

ABSTRACT

The solidary economy is a way of organization based on the social challenges, in response to unemployment as well as the work discredit, which shows itself through the collectives that promote output, the consumption and the wealth distribution, having the human being as the main character, and whose main principles are collectiveness, cooperativeness and auto-management. With its resurgence over the last decades of the twentieth century, the main challenge started to be the making of public policies that could assure the consolidation of the movement whose target was to promote the local, sustainable and emancipating development, both politically and socially. The public policy is an integrated part of the solidary economy institutionalization process, which shows itself throughout programs or actions on the official budgets as well as the regimental structures of the public institutions. In this context, the research has investigated the public policies as a stimulus to the solidary economy in Fortaleza City (state of Ceará) taking as a sample the public action under the responsibility of the Solidary Economy Cell, of the Economic Development Secretariat. It tried investigating both the advances and limitations in the implementation of the stimulus policies, based on the institutionalization of the solidary economy in the Local Government. It was adopted as investigation practice the case study, with the application of gathering tools combined, whose target was also identifying the perception of the main characters involved with the solidary economy such as: public manager, solidary-economic entrepreneurships and the Solidary Social Economy Network Coordination of the State of Ceará. At the investigation's closing, it was possible to realize how advances obtained by the Local Government, through its actions, initially, the fact that the solidary economy, started to be part of the public agenda, through its institutionalization, with significant prominence to the creation of the Municipal Public Policy as a stimulus to the Solidary Economy and the outbreak of collaborative solidary networks. As restrictions, the prominence was the absence of the constitution of the Public Fund as well as the Solidary Economy Council in the activity legal field, the irrelevant interconnection with the Solidary Social Economy Network of the state of Ceará, the absence of financial resources and absence of efficacious mechanisms of insertion of the enterprises in the governmental auctions. After analyzing the institutionalization of Solidary Economy and the perceptions of the actors interviewed, despite the necessary course corrections, it is concluded that the municipal action is not paternalistic, in contrast, generates work and income, without disregarding the importance of emancipation of individuals in local and sustainable development.

Key-words: solidary economy; public policy; institutionalization.

LISTA DE SIGLAS

ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar
Anteag – Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas e Autogestão
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CDVHS – Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CredCultura – Programa Juventude, Trabalho e Cultura
CredJovem Solidário – Programa de Crédito Solidário para Juventude
EAF – Entidade de Apoio e Fomento
EES – Empreendimento Econômico-solidário
Emlurb – Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FSM – Fórum Social Mundial
Funci – Fundação da Criança e da Família Cidadã
Fundesol – Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDT – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPE – Micro e Pequena Empresa
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONG – Organização Não-Governamental
OS – Organização Social
Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PEA – População Economicamente Ativa
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB – Produto Interno Bruto
PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza
PPDLES – Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária
Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Sebrae – Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
Seculfor – Secretaria de Cultura de Fortaleza
Sefin – Secretaria de Finanças do Município
Semam – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano
Semas – Secretaria Municipal de Ação Social
Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária
Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Seplag – Secretaria do Planejamento e Gestão
Sescoop – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Setfor – Secretaria de Turismo de Fortaleza
Sies – Sistema de Informações em Economia Solidária
Sine – Sistema Nacional de Emprego
SME – Secretaria Municipal de Educação
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
Unitrabalho – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE SIGLAS.....	9
INTRODUÇÃO	12
1. A METODOLOGIA DA PESQUISA.....	21
2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	26
2.1. A Emergência do Movimento.....	26
2.2. A Estratégia para a Conquista de Direitos.....	30
2.3. A Política Pública em Construção	35
2.4. O Modo de Produção	40
3. O MAPEAMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	45
3.1. O Perfil Nacional da Economia Solidária	46
3.2. O perfil da Economia Solidária no Município de Fortaleza	53
4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	57
4.1. A Institucionalização no Âmbito Nacional	57
4.2. A Institucionalização no Âmbito do Município de Fortaleza.....	64
5. A PESQUISA COM OS ATORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	88
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	113

INTRODUÇÃO

Com a crise no mundo do trabalho provocada com a reestruturação produtiva do capital e o fim do Estado de Bem-Estar Social, notadamente nas últimas décadas do século XX, o movimento da economia solidária ressurgiu como alternativa à precarização do trabalho e ao desemprego de grande parte da massa economicamente ativa, no Brasil e no mundo. Nesse contexto, a economia solidária se coloca como alternativa ao modo de produção capitalista, pois se fundamenta nos princípios do cooperativismo, da solidariedade e da autogestão.

Apesar de grandes avanços, ainda persistem muitas dificuldades na expansão dos empreendimentos econômico-solidários no Brasil, as quais são decorrentes de diversos fatores como, por exemplo: baixo valor agregado dos produtos e serviços comercializados; pouco acesso ao crédito adequado às suas necessidades e possibilidades; falta de legislação específica, que possibilite a implementação de política pública adequada e carência de apoio à formação e assessoria no acesso e conhecimento de tecnologias sociais.

Entretanto, a construção da política pública de economia solidária se apresenta como a questão mais relevante, pois dela resultarão os avanços e a consolidação do movimento, razão pela qual se pretende, inicialmente, abordar em que contexto a sua implementação deve ser efetivada.

A economia solidária carece, pelo seu caráter inovador, de ações efetivas, uma vez que se trata de uma política em construção. Isso ocorre porque o tema ainda assume definições imprecisas e divergentes entre os gestores públicos e os demais atores do movimento. De acordo com França Filho (2006), essa heterogeneidade

compreende ao mesmo tempo o nível de estruturação e lugar destinado à política pública na arquitetura organizacional, à concepção e participação social na política, bem como seu modo de implementação em relação ao conjunto do território nacional (FRANÇA FILHO, 2006, p. 260).

Portanto, a falta de consenso na consecução da política pública de

economia solidária se manifesta a partir da heterogeneidade de concepção das políticas de geração de trabalho e renda.

Dessa forma, o grande desafio na construção da política pública de economia solidária é a articulação com a sociedade civil. França Filho (2006) é enfático ao afirmar que “tais políticas não se constroem ou podem ser implementadas prescindindo de um nível tal de articulação” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 265). Os resultados dessa articulação dependem do grau de organização local dos movimentos de economia solidária e da sua interlocução com o poder público, que muitas vezes ocorre com divergências e tensões próprias das relações democráticas entre a sociedade e o Estado.

Nestas articulações, é importante destacar o relevante papel das organizações da sociedade civil, representada pelas entidades de apoio e fomento (EAF), que “acumularam conhecimento acerca dessa realidade de uma economia popular e solidária, bem como dos meios de fomentá-la, que passam a interagir com o poder público na concepção e implementação de tais políticas” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 265).

A construção da política pública de economia solidária deve, ainda, assumir uma conformação de desenvolvimento sustentável. Muito além de suprir as condições de desigualdade e pobreza, tal política deve induzir a formação de uma cultura de organização política e social dos grupos nos seus territórios.

A visão de desenvolvimento sustentável revela a essência da política pública de economia solidária: a organização da sociedade. Essa concepção valoriza muito mais o coletivo organizado do que os indivíduos isolados ou simplesmente assistidos. Transfere o econômico a um plano secundário, necessário, apenas, às relações entre produtores e consumidores, sem caráter finalístico e prioriza a “organização dos grupos e o fortalecimento das redes sociais e políticas, com o fomento do associativismo local” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 266).

A realidade no Brasil, porém, é que as políticas públicas de economia solidária, “propostas, em sua grande maioria, por governos locais, não contam com

instrumentos macroeconômicos, como uma política tributária diferenciada e se estabelecem sobre marcos legais ainda muito fragilizados” (KAPRON & FIALHO, 2003, p. 217).

Com isso, o contexto da economia solidária local se encontra diante de dois grandes desafios: a construção de uma política de conformidade social sustentável e a necessidade de complementaridade de políticas efetivas para o setor nos demais níveis de governo.

Em que pese a ausência de instrumentos macroeconômicos efetivos, o governo do município de Fortaleza (CE) vem desde o ano de 2005 executando políticas públicas de fortalecimento da economia solidária, na acepção atual do movimento, por meio da célula de economia solidária da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

No início do ano de 2010, a administração pública municipal aprovou a Lei nº 9.622, de 28 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária em Fortaleza, com o propósito de estabelecer um marco legal, com vistas a dar respaldo às iniciativas de governo, conforme fixado no

Art. 1º A Política de Apoio e Fomento à Economia Solidária integra a Política de Desenvolvimento Econômico e Social de Fortaleza e estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetos e composição da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará políticas, planos, programas e ações com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalhador associado (FORTALEZA, 2010).

Diante do contexto apresentado, assume-se o pressuposto de que a economia solidária é uma importante estratégia de desenvolvimento sustentável, na qual a organização da sociedade e os coletivos sócio-produtivos são priorizados, em detrimento da dimensão puramente econômica. Como limitação, tem-se o caráter inovador na consecução das políticas públicas de economia solidária e, ainda, as imprecisões e divergências no entendimento de qual deve ser a conformação da política pública, uma vez que esta depende da forma de como é institucionalizada, assim como da interação do gestor com as demais estruturas de governo e com a sociedade civil.

Em Fortaleza (CE), assim como nos demais municípios do Brasil, as dificuldades e desafios dos empreendimentos da economia solidária são enormes e requerem o esforço de todos: do poder público, das organizações da sociedade civil e dos próprios empreendimentos econômico-solidários (EES).

Chama atenção, porém, o perfil sócio-econômico do município de Fortaleza, que se apresenta como um ambiente propício a experiências vinculadas à economia solidária, haja vista que, de acordo com o IBGE (2006), 55% da população se encontram na economia informal. Tratando-se de desemprego, dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Fortaleza (2009)¹, realizada pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), aponta um taxa de desemprego total 11,4% da População Economicamente Ativa (PEA), o equivalente a 194 mil desempregados. Quanto analisados os atributos pessoais, verifica-se que o desemprego total é maior entre as mulheres (12,9%) e os jovens de 18 a 24 anos (22%), se comparados aos níveis verificados entre os homens, os trabalhadores com mais idade e os chefes de família.

Por outro lado, políticas de fortalecimento a empreendimentos da economia solidária passaram a fazer parte da agenda do governo municipal somente a partir de 2005, com a eleição da prefeita Luiziane Lins, do Partido dos Trabalhadores.

Apesar dos esforços que se realizaram desde então, os desafios são enormes. Conforme dados do SIES (2007) sobre o município, mais de dois terços dos empreendimentos econômico-solidários estão organizados em grupos informais, revelando o caráter precário de acesso às políticas públicas e quase 90% se encontram na área urbana, tendo o desemprego como a principal causa para a criação de tais empreendimentos.

A pesquisa do SIES (2007) revela, ainda, que houve mais redução do que aumento no número de sócios; menos de um por cento realizam venda para

¹ A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED/RMF é realizada pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, em parceria com o SINE/CE, STDS, DIEESE e Fundação SEADE. Disponível em: www.stds.ce.gov.br

órgãos governamentais; mais de 80% encontraram dificuldade na comercialização, o que se justifica pelo fato de que a maioria ainda usa a divulgação boca a boca para vender seus produtos ou serviços; três quartos disseram que necessitam de crédito/financiamento para tocar o negócio e mais da metade não conta com garantias e direitos para os sócios que trabalham nos empreendimentos.

Outra informação importante da pesquisa é o apoio significativo que os empreendimentos econômico-solidários receberam de ONGs, Oscips e outras organizações civis na obtenção de financiamentos, assessoria, assistência e capacitação.

Dessa forma, no contexto em que temos de um lado o perfil do movimento da economia solidária com demandas bem identificadas pela pesquisa do SIES (2007) e, de outro, a existência de institucionalização da ação pública no governo municipal, surgiu a inquietação de investigar as limitações e os avanços na consecução das políticas públicas para a economia solidária, levadas a efeito pela célula de economia solidária, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do município de Fortaleza.

Em outros termos, a pesquisa pretendeu colaborar com informações e contribuições que possam subsidiar o aperfeiçoamento da consecução das políticas públicas de fomento à economia solidária, uma vez que buscou responder as seguintes perguntas: a) de que forma são percebidas as políticas públicas para a economia solidária no município de Fortaleza pelos principais atores envolvidos no movimento (poder público, empreendimentos econômico-solidários e entidades da sociedade civil)? e b) quais são as limitações e os avanços na implementação das políticas públicas de fomento à economia solidária no município de Fortaleza?

O meu envolvimento com o tema da pesquisa remonta a experiência vivida, a partir de 2003, como membro-fundador de uma cooperativa de ensino superior, onde atuei nos conselhos de administração e fiscal. Além disso, a minha atuação no serviço público desde 2002, na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 2006, no Ministério Público do Estado do Ceará e, atualmente, na Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), me mantém próximo às questões

da sociedade. Por outro lado, essa nova dimensão da economia solidária, que representa mudança nos paradigmas, nas atitudes, nos comportamentos e nos modos de relação social e cultural, me motivou a realizar esta investigação.

Por fim, considerando que esse é um campo de estudo relativamente pouco desenvolvido, surge, a partir das conclusões da pesquisa, a oportunidade de utilização das informações pelo poder público municipal e pelos próprios empreendimentos econômico-solidários.

Apresentados o problema e a justificativa, definiu-se como objetivo geral da presente pesquisa investigar o grau de consecução das políticas públicas para economia solidária no município de Fortaleza, a partir das iniciativas verificadas no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como a repercussão de tais políticas junto aos principais atores do movimento. De forma mais aprofundada, para o alcance da proposta da pesquisa, o objetivo geral foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos:

1. identificar se existem limitações na consecução das políticas públicas de fomento à economia solidária no âmbito da administração municipal de Fortaleza e em que termos;
2. identificar os avanços na consecução das políticas públicas de fomento à economia solidária no município de Fortaleza, a partir das ações, projetos e programas implementados pela célula de economia solidária da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE);
3. investigar como são percebidas as políticas públicas de fomento à economia solidária pelos principais atores envolvidos com o tema no município de Fortaleza;

Algumas hipóteses foram levantadas preliminarmente à realização da pesquisa, partindo do pressuposto de que o senso comum é levado a considerar o movimento da economia solidária como uma manifestação pela busca do amparo do

poder público na forma de assistencialismo, a exemplo das políticas compensatórias patrocinadas pelo governo federal. Isso se deve, em grande parte, ao seu caráter inovador e à pouca informação sobre os princípios que regem a economia solidária.

Contudo, em que pese a influência da sociedade civil na consecução das políticas, considerou-se, para o propósito da pesquisa, responder de que forma os representantes dos empreendimentos econômico-solidários e do poder público (no caso específico, o governo municipal) enxergam tais políticas?

Para responder a esse questionamento, levou-se em consideração as iniciativas da administração municipal de Fortaleza, desde 2005, quando institucionalizou a economia solidária, com a criação da célula de economia solidária na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e implementou programas, projetos e ações de fomento à economia solidária, culminando, mais recentemente, com a publicação da Lei nº 9.622, de 28 de janeiro de 2010.

Dessa forma, considerou-se como hipótese que a política pública para a economia solidária no Município é percebida pelos atores envolvidos no movimento como importante para a emancipação de parte considerável da população e está pautada nos princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, visando a gestão democrática, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente e o desenvolvimento local integrado e sustentável.

Quanto às limitações na consecução das políticas públicas para a economia solidária no município de Fortaleza e em que termos, é importante ressaltar que apesar dos esforços do governo local, as políticas de fomento à economia solidária não contam com instrumentos macroeconômicos efetivos como, por exemplo, uma política tributária diferenciada ou uma legislação trabalhista que assegure os direitos sociais básicos aos associados. Ainda sobre as limitações de ordem macroeconômica, considerou-se, como hipótese, o potencial “não utilizado” das compras governamentais do município, em razão do seu processamento estar vinculado aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93², que regulamenta o art. 37, inciso

² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8666compilado.htm>. Acesso em 27/09/2009

XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública.

Quanto aos possíveis avanços alcançados com a implementação de políticas públicas para a economia solidária no município de Fortaleza, a hipótese, baseada em informações preliminares, foi de que houve fortalecimento do movimento a partir da institucionalização e a adoção de projetos e ações de fomento do associativismo, do cooperativismo, do artesanato e de outras iniciativas levadas a efeito desde 2005.

Por fim, considerou-se, ainda, como hipótese, que a identificação da administração municipal com a economia solidária, a exemplo de outros governos locais de esquerda, contribuiu para fortalecer e manter o movimento na agenda das ações do poder público.

A dissertação, quanto a sua estrutura, está dividida em seis capítulos, contados após esta introdução. No primeiro capítulo, apresentam-se os aspectos técnicos para a escolha do espaço da pesquisa, as estratégias para abordagem em campo, os instrumentos e os procedimentos de análise, as ferramentas de levantamento de dados, as fontes de informações e a metodologia de organização e análise.

No segundo capítulo, é feita uma revisão teórica e bibliográfica dos elementos que se inserem no contexto do objeto de estudo da pesquisa. Nesse sentido, inicialmente são abordados os conceitos, princípios e experiências que contribuíram para o (re)surgimento da economia solidária, enfocando a centralidade da pessoa e do trabalho como filosofia e as várias dimensões que o movimento assume na busca pela construção de um ambiente socialmente justo e sustentável. Em seguida, aborda-se a estratégia da economia solidária para a conquista de direitos por meio do processo de resignificação do movimento, com destaque para a divulgação dos princípios norteadores da I Conferência Nacional de Economia Solidária. O processo de construção da política pública também é tratado neste capítulo, que analisa as concepções a serem consideradas na construção da política de economia solidária. Por último, discute-se o desafio da economia solidária

sobreviver em modos de produção para os quais é atípica.

No terceiro capítulo, é feita uma análise do mapeamento da economia solidária no âmbito nacional e no município de Fortaleza, a partir dos dados levantados pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), apresentando as características dos empreendimentos econômico-solidários e entidades de apoio, assessoria e fomento, com vistas a identificar os avanços e os desafios das políticas públicas.

O quarto capítulo trata da institucionalização da economia solidária, considerando como delimitação para o estudo a existência de marcos regulatórios, programas, projetos, ações e estrutura regimental. A análise considera a institucionalização no âmbito nacional e, particularmente, no âmbito do município de Fortaleza, como suporte para as conclusões alcançadas após a pesquisa com os atores da economia solidária local.

No quinto capítulo, dedica-se à análise e interpretação dos dados coletados na pesquisa documental e de campo, buscando identificar quais os limites e os avanços das políticas públicas para a economia solidária no município de Fortaleza. A análise considera, ainda, as percepções dos participantes, ou seja: gestor público, representantes de empreendimentos econômico-solidários e a coordenação da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES).

No último capítulo, são formuladas as considerações finais acerca dos levantamentos e da análise dos dados coletados, apresentando as conclusões sobre as limitações e avanços nas políticas públicas para a economia solidária e sobre as percepções dos atores envolvidos com o tema.

1. A METODOLOGIA DA PESQUISA

Conforme mencionado, a pesquisa buscou investigar as limitações e os avanços na consecução das políticas públicas de fomento à economia solidária no município de Fortaleza, levadas a efeito pela célula de economia solidária da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), sob a ótica dos seus principais atores. Buscou-se, ainda, investigar de que forma o poder público municipal e os representantes de empreendimentos econômico-solidários compreendem tais políticas.

Com vistas a alcançar esse objetivo e considerando que a metodologia compreende a concepção teórica da realidade estudada e os procedimentos metodológicos adotados, possibilitando captar a realidade em questão, esse trabalho compreendeu um estudo descritivo e exploratório, com análise predominantemente qualitativa. A escolha do método se justificou, uma vez que a proposta foi identificar as diferentes visões dos atores que fazem a economia solidária no município de Fortaleza, bem como levantar as práticas levadas a efeito pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

Dessa forma, adotou-se como procedimento metodológico o estudo de caso, haja vista que se trata de um meio de organizar os dados, preservando do objeto estudado o seu caráter unitário (GOODE & HATT, 1979, p. 422)

Para Chizzotti (2006, p. 135), o estudo de caso como modalidade de pesquisa se originou nos estudos antropológicos e, posteriormente, teve seu uso ampliado para o estudo de eventos, processos, organizações, grupos, comunidades, etc. É nesse sentido que se propôs investigar a ação pública municipal e sua repercussão junto aos principais atores das políticas públicas de fomento à economia solidária.

Por outro lado, para Yin (2001), o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Envolve abordagens que podem ser

tanto quantitativas quanto qualitativas e requer boa delimitação do objeto de estudo.

Segundo Gil (1995, p. 58), o estudo de caso não aceita um roteiro rígido para a sua delimitação, mas é possível definir quatro fases que mostram o seu delineamento: a) delimitação da unidade-caso; b) coleta de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados e d) elaboração do relatório.

Seguindo os ensinamentos de Gil (1995) definiu-se como delimitação da unidade de constituição do caso as ações, projetos e programas de fomento à economia solidária levados a efeito pela célula de economia solidária da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza, desde a sua criação em 2005.

O procedimento de coleta de dados foi realizado em três etapas. A primeira se deu com a elaboração de material de apoio, que teve como base o último mapeamento da economia solidária no Brasil, realizado em 2007 pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). O propósito, para o estudo em questão, foi traçar um perfil da economia solidária no âmbito nacional e, particularmente, na esfera municipal, de modo a mensurar a relevância dos eixos temáticos da pesquisa que demandam a ação pública do governo municipal. Essa fase permitiu identificar os temas de maior relevância, os quais foram abordados na coleta de dados com os principais atores da economia solidária no município.

A segunda fase da coleta de dados constou do levantamento da institucionalização da economia solidária, a partir da criação da célula de economia solidária na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município de Fortaleza, considerando-se para tanto a existência de marco regulatório, estrutura orgânica, ações, projetos e programas relacionados a políticas de fomento à economia solidária.

Nesse sentido, realizou-se um levantamento dos principais programas, projetos e ações implementados, desde 2005, incluindo os que estão em fase de implementação e em parcerias com outros entes da federação, tendo como principal

fonte da pesquisa o relatório de gestão da célula de economia solidária. Analisou-se, ainda, a estrutura de pessoal colocada à disposição da Célula e as parcerias e convênios com outras unidades ou órgãos da Prefeitura. No tocante ao marco regulatório, traçou-se o percurso da construção e aprovação da Lei nº 9.622, de 28 de janeiro de 2010, que instituiu a política de apoio e fomento à economia solidária no município de Fortaleza. O propósito desta etapa foi fazer o resgate histórico e analisar as iniciativas do governo municipal no campo da economia solidária, com vistas a estabelecer um contraponto às percepções dos atores envolvidos com o tema.

Na terceira etapa, buscou-se levantar informações que respondam às indagações feitas na problemática da pesquisa, ou seja, partindo do pressuposto de que a economia solidária é uma importante estratégia de desenvolvimento local integrado e sustentável, quais os avanços e limitações das políticas públicas implementadas no município de Fortaleza e como tais políticas são compreendidas pelos principais atores do movimento econômico-solidário.

A escolha dos informantes levou em consideração o envolvimento dos atores no movimento da economia solidária no município de Fortaleza, razão pela qual foram selecionados representantes da administração pública municipal, de empreendimentos econômico-solidários e da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES).

No que se refere à administração municipal, buscou-se identificar a opinião do gestor que se encontrava à frente da execução das políticas de fomento à economia solidária, assim como confrontar as suas percepções com as informações obtidas na coleta de dados junto aos representantes dos EES. Para isso, utilizou-se um questionário com perguntas combinadas, privilegiando as questões abertas, o qual foi respondido pelo orientador da célula de economia solidária, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

Por sua vez, a seleção de informantes representantes dos EES seguiu critério específico, de modo a apurar as percepções de empreendimentos que participavam, na data da pesquisa, ou participaram de projetos sob a

responsabilidade da célula de economia solidária e de empreendimentos que, apesar de terem conhecimento da ação pública municipal, não participavam de iniciativa oficial. Neste último caso, tais representantes foram indicados pela coordenação da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES).

Para isso, atribuiu-se um corte qualitativo na definição do número de informantes para se tomar como amostra não-probabilística intencional, tendo em vista que a preocupação é compreender e aprofundar as questões que retratam a realidade das políticas públicas para a economia solidária no contexto dos que estão diretamente envolvidos.

Dessa forma, considerando os resultados da última pesquisa do SIES (2007) que identificou 107 empreendimentos econômico-solidários no município de Fortaleza, definiu-se como amostra não-probabilística 14 participantes, distribuídos da seguinte forma: sete representantes de empreendimentos com alguma relação com as ações, projetos ou programas da prefeitura e sete representantes de empreendimentos que conhecem a ação pública municipal, mas não participam de iniciativas oficiais. Buscou-se, ainda, privilegiar a participação de informantes vinculados às atividades relacionadas à fabricação de artefatos têxteis e confecção, conforme perfil predominante dos empreendimentos identificados no município pela pesquisa do SIES (2007).

Para o procedimento de levantamento das informações, foi utilizada a técnica de questionário, de forma combinada, com questões fechadas, abertas e de múltipla escolha, haja vista a necessidade de maior aprofundamento e melhor compreensão das percepções de tais atores. Com isso, aplicou-se o questionário ao principal representante de cada um dos empreendimentos econômico-solidários selecionados, ou, no caso de eventual impossibilidade, ao associado por ele designado. O questionário foi estruturado com vistas a identificar o grau de efetividade na implementação das políticas de fomento à economia solidária no município de Fortaleza, abordando temas como: institucionalização, participação, marco regulatório, articulação, comercialização, avanços e limitações da ação pública.

A escolha da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES) como o terceiro ator envolvido no objeto de estudo da pesquisa, deu-se em razão da sua relevância e representatividade junto ao movimento da economia solidária, uma vez que se trata de entidade composta por representantes de empreendimentos, entidades de apoio e fomento, colaboradores e apoiadores da economia solidária, inclusive no município de Fortaleza. Além disso, tem como uma das suas atribuições propor e monitorar políticas públicas no campo da economia solidária. Por essa razão, o questionário, estruturado com todas as questões permitindo respostas abertas, foi respondido pela coordenação da RCSES.

Para análise dos dados levantados, foram adotados procedimentos qualitativos e quantitativos com vistas a apurar e mensurar informações relevantes sobre as iniciativas no campo da economia solidária adotadas pelo governo municipal. Também foram analisadas as percepções dos diferentes atores, com a finalidade de compreender os fatores críticos de sucesso, assim como os eventuais entraves à consecução das políticas públicas.

De forma complementar, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, por meio da leitura de textos oficiais e documentos relacionados ao sistema normativo atual, no intuito de testar a hipótese de institucionalização da economia solidária no poder público municipal. Durante o período de realização da pesquisa, utilizou-se, ainda, como técnica de coleta de dados, a observação, mediante a participação em seminários, oficinas e assembléias com representantes de empreendimentos econômico-solidários.

Assim, os procedimentos quantitativos e qualitativos de análise dos dados foram empregados de maneira articulada e complementar, possibilitando um maior aprofundamento, de modo a propiciar as mais acertadas conclusões sobre o objeto de estudo.

2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1. A Emergência do Movimento

A economia solidária é uma forma de organização social com vistas à produção, consumo e distribuição da riqueza, com foco na valorização do ser humano (em detrimento do capital), fundamentada em princípios do associativismo, do cooperativismo e da autogestão, buscando a reprodução ampliada da vida, por meio da democratização econômica e libertação da dimensão alienante da relação capital/trabalho.

Trata-se de um movimento relacionado diretamente ao crescimento da exclusão social e a crise do Estado de Bem-Estar Social e constitui uma perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade. Originou-se exatamente pela exclusão e/ou precarização impostas pelas transformações no mundo do trabalho e a ineficiência do Estado na formulação e implementação de políticas públicas de inclusão de grande parte da sociedade.

Nesse sentido, Singer (2002), ao tratar do surgimento da economia solidária, enfatiza que o movimento está intrinsecamente relacionado com

[...] uma crítica operária e socialista do capitalismo, onde permaneceu viva a idéia de que trabalhadores associados poderiam organizar-se em empresas autenticamente autogestionárias e desafiar, assim, a prevalência das relações capitalistas de produção (SINGER, 2002, p. 35).

A opção pela economia solidária gera a perspectiva de democratização dos ganhos da produção, favorece a redução das taxas de desemprego e dissemina a cultura da autogestão. Com isso, é possível vislumbrar uma saída democrática e participativa para a produção e a prestação de serviços no modo de produção capitalista.

Não bastasse a dimensão do trabalho, a economia solidária assume conformação de natureza social, econômica, política, ecológica e cultural, tendo em vista que ela se insere no espaço público, buscando a construção de um ambiente

socialmente justo e sustentável.

Nesse sentido, a economia solidária privilegia o desenvolvimento comunitário e humano; a satisfação das necessidades humanas; a justiça social; a igualdade de gênero, raça e etnia; o acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar; a preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e a responsabilidade com as gerações presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos.

Para Schwengber (2006), a economia popular solidária é

uma estratégia surgida no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, composta por atividades econômicas cujo primado é o do trabalho sobre o capital, de caráter associativo e autogestionário, que produzem trabalho e riqueza e que podem promover a inclusão e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, eqüidade e democratização (SCHWENGBER, 2006, p. 293).

Experiências de economia solidária datam mesmo antes de existir o modo de produção capitalista. No entanto, como forma de localização no tempo e no espaço, é oportuno mencionar, pelo menos, os principais momentos de seu surgimento.

Nas décadas de 30 e 40 do século XIX, a Europa, com a regulação do trabalho concorrencial, viu nascer as sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção, criadas por operários e artesãos que se negavam a tornar-se proletários, iniciativas que foram reprimidas a partir da segunda metade daquele século.

A crise dos anos 1873-1895 naquele continente, que levou à modernização e a investimentos maciços na agricultura e nos recursos naturais, oportunizou às cooperativas agrícolas e de poupança como solução de sobrevivência para os pequenos produtores. Por sua vez, as associações foram reconhecidas por lei na França em 1901.

Mesmo antes da intervenção do Estado, em decorrência da depressão

econômica dos anos 1929-1932 e da Segunda Guerra Mundial, as cooperativas de consumo e de habitação já se constituíam uma solução criada pela classe operária.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a expansão do mercado e a estatização das iniciativas associativas mais dinâmicas, a economia não-monetária sofreu um processo de marginalização, que perdurou até a década de 60.

Porém, a partir da metade da década de 70, vivenciou-se uma situação nova que oportunizou o ressurgimento da economia solidária. Era a crise do sistema capitalista, que trouxe o desemprego, o fechamento de empresas e as transformações no mundo do trabalho, afetando dramaticamente a classe trabalhadora. Apareceram, então, a partir de 1977, várias iniciativas para salvar ou criar empregos, por meio de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, as quais contavam com o apoio dos sindicatos progressistas. Surgiram também diversos movimentos sociais e éticos que trouxeram uma nova visão do social, da relação do homem com a economia e com o meio ambiente.

Registre-se como marco simbólico a queda do muro de Berlim, que deu margem a novas utopias, agora pautadas por princípios de solidariedade, comunitarismo e voluntarismo.

No Brasil, apesar de haver registros de experiências de economia popular e solidária ao longo do século XX, foi a partir da década de 80 que ocorreu o desenvolvimento e a ampliação do movimento econômico-solidário. Nesse período o país amargava uma recessão econômica sem precedentes e uma taxa de desemprego brutal, o que fez somar uma força de trabalho qualificada, porém, excedente, aos trabalhadores tradicionalmente excluídos do mercado formal, levando esses trabalhadores a buscarem alternativas de sobrevivência como, por exemplo, as associações de produção e consumo.

Novas formas de produção surgem como respostas dadas pela sociedade e pelos trabalhadores, quando emerge a organização do trabalho por meio de experiências de economia popular e solidária, notadamente o projeto cooperativo, que é revitalizado a partir das cooperativas populares, tentando

estabelecer novos vínculos nas relações de trabalho, a partir da solidariedade e da democracia. A premissa era que o princípio da solidariedade podia ser colocado como opção criativa ao paradigma neoliberal imposto às sociedades ocidentais, uma vez que o mecanismo de ação recíproca entre cidadãos livres podia oferecer uma opção real ao modelo tradicional de organização do trabalho.

Boa parte dos trabalhadores, naquela época, teve o apoio de vários segmentos sociais, agentes e instituições como, por exemplo, a ala progressista da Igreja Católica, o Movimento dos Moradores das Favelas e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), para fazer frente a uma nova conjuntura econômica marcada pelo desemprego.

Já na década de 90, com a mudança no cenário econômico e político no país, esses atores sociais passaram a imprimir um novo enfoque nas suas estratégias de luta: a organização socioeconômica, representada pelas cooperativas de produção, consumo, comercialização e crédito, pelas associações de produtores, etc.

Dentre os atores que exerceram papel relevante no desenvolvimento e ampliação do movimento de economia solidária no Brasil, pode-se destacar a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária Brasileira, fundada em 1990 e constituída por dezenas de cooperativas e centenas de associações; a Cáritas Brasileira, que promove desde os anos 80 a organização de grupos populares solidários para gerar trabalho e renda e a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), que dá apoio à aquisição e o controle de empresas que foram à falência, por trabalhadores em regime de autogestão.

Mais recentemente, a economia solidária passou a despertar o interesse de dois novos atores de peso relevante na promoção e construção de estratégias de ação para gerar renda e inserção social para os segmentos excluídos da população. São eles: a universidade e o Estado. Sobre este último, voltaremos a comentar o seu papel com maior profundidade mais adiante.

Convém ressaltar que os empreendimentos econômico-solidários

apresentam como característica a participação igualitária de seus membros na propriedade dos meios de operação, nos resultados econômicos do empreendimento, no conhecimento acerca de seu funcionamento e no poder de decisão sobre as questões a eles referentes, primando pela solidariedade dos seus participantes.

No entanto, os benefícios vislumbrados pela força de trabalho com a adoção de modos de produção baseado em economia solidária requerem como premissa a transformação de uma cultura de trabalho, fundada no paradigma da competitividade individual, em uma outra pautada na democracia e solidariedade no modo de produção.

Nesse sentido, a maior virtude no modo de produção baseado em economia solidária é a internalização por parte das classes menos favorecidas dos princípios democráticos e cooperativos, passando pela construção de uma consciência empreendedora. Afinal, apesar dos valores e práticas da economia solidária serem antagônicos aos da economia de mercado, é preciso lembrar que aquela se insere no núcleo desta, haja vista sua dependência, não rara, do mercado tradicional.

2.2. A Estratégia para a Conquista de Direitos

Convém fazer uma distinção entre as três gerações de direitos humanos para, a partir daí, discutir de que forma o movimento da economia solidária se apresenta como instrumento de conquista da dignidade dos indivíduos, notadamente dos menos favorecidos economicamente.

A primeira geração de direitos humanos está relacionada às liberdades individuais ou direitos civis, consagrados no século XVIII com o liberalismo, que emergiram contra o absolutismo, as perseguições políticas e religiosas que oprimiam as liberdades de locomoção, de propriedade, de segurança, de acesso à justiça, de opinião, de crença religiosa e de integridade física. Desde então, essas liberdades foram consagradas em diversas declarações e introduzidas nas constituições de

vários países.

A segunda geração diz respeito aos direitos sociais, que tiveram suas conquistas iniciadas no século XIX e reafirmadas em meados do século XX. São direitos relacionados ao mundo do trabalho, como salário, seguridade social, férias, carga horária, segurança ocupacional, entre outros. Dizem respeito, ainda, a direitos de caráter social com abrangência geral que extrapolam o mundo do trabalho e, portanto, de maior repercussão na vida de todos, como o direito à educação, à saúde, à habitação, à segurança, etc. São direitos conquistados graças às lutas de trabalhadores nos séculos XIX e XX, assim como as de cunho ideológico, tendo o socialismo e a social democracia contribuído fortemente para a sua institucionalização através do Estado de Bem-Estar Social.

A terceira geração refere-se aos direitos coletivos que afetam toda a humanidade e suas gerações futuras, como é o caso da preservação do meio ambiente, da defesa da ecologia, da paz, da autodeterminação dos povos, da socialização do patrimônio científico, cultural e tecnológico. É fundamentado nesse direito que as nações se sentem atingidas quando países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, se recusam a ratificarem o Protocolo de Kyoto³, pois o meio ambiente sem aquecimento global já se incorporou como um bem de toda a humanidade.

Essas três gerações de direitos humanos, que de certa forma se apresentaram como os ideais defendidos na Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade, foram construídas historicamente e continuam presentes nas vidas das pessoas. Para autores como Norberto Bobbio (1988) e Hannah Arendt (1979), os direitos humanos são resultado de um processo em construção, não nascem todos de uma vez, não são um dado, mas um construído. Dessa forma, eles requerem defesa e luta constantes de modo que as conquistas se incorporem ao patrimônio da humanidade.

³ Constitui-se no protocolo de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênicas do aquecimento global. Os Estados Unidos da América negaram-se a ratificar o Protocolo de Kyoto, de acordo com a alegação do ex-presidente George W. Bush de que os compromissos acarretados por tal protocolo interfeririam negativamente na economia norte-americana. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Protocolo_de_Kyoto. Acesso em: 29/07/2009

Não obstante a relevância dos direitos de primeira geração, sem os quais não há que se falar nos demais, é importante fazer algumas considerações sobre os direitos sociais e coletivos e a sua manifestação nos movimentos da economia solidária. Ao abordar os direitos sociais, é necessário ressaltar o significado de igualdade, não como um sinônimo de uniformidade ou homogeneidade, mas como isonomia ou igualdade diante da lei, da justiça, das oportunidades perante a sociedade. É a igualdade que garante a vida com dignidade (no sentido sócio-econômico) e a diversidade cultural por escolha ou pertencimento.

Nesse sentido, faz-se necessário analisar a questão da igualdade no contexto dos direitos sociais para introduzir o papel da economia solidária, pois vivemos numa sociedade marcada por enormes desigualdades sociais, onde a diferença entre o topo e a base da pirâmide determina quem tem acesso à educação, à saúde, à habitação e às melhores oportunidades.

O movimento da economia solidária, como apresentado anteriormente, tem papel de destaque na afirmação e concretização dos direitos de segunda e terceira gerações, notadamente os direitos sociais e a dignidade humana, haja vista as conquistas que pudemos verificar ao longo de sua existência.

Nesse sentido, convém enumerar os princípios norteadores da I Conferência Nacional de Economia Solidária⁴, ocorrida em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006, que propõe no seu Eixo Temático I - Fundamento da Economia Solidária, o item

13. A Economia Solidária compartilha valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas dos trabalhadores e de setores excluídos da sociedade que tenham como foco principal a valorização do ser humano. Dentre elas podemos destacar:

⁴ A I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006, foi convocada em conjunto pelos Ministérios do Trabalho e Emprego – MTE, do Desenvolvimento Agrário – MDA, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Ela representou um importante espaço de interlocução entre governo e sociedade civil para a afirmação da economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento, a partir do debate e proposição de princípios, diretrizes, estratégias e prioridades para as políticas voltadas ao fortalecimento da economia solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 25/10/2009.

- I. A luta dos trabalhadores contra a subordinação do trabalho pelo capital e a valorização da propriedade individual dos recursos produtivos e a favor da gestão coletiva dos meios de produção, do produto do trabalho, da solidariedade e da cooperação mútua;
- II. A luta da agricultura familiar e da reforma agrária e camponesa, baseada em princípios agroecológicos e que prezem pela gestão coletiva e democrática, pelo acesso e uso da terra, da água e dos recursos genéticos, pela preservação dos recursos naturais com a adoção do manejo sustentável;
- III. A luta das comunidades tradicionais (quilombolas, negras, terreiros de matrizes africanas, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhas, etc.) pelo reconhecimento e valorização de conhecimentos e práticas tradicionais, valorização da diversidade étnica e cultural, promoção dos direitos territoriais (reconhecimento e demarcação de suas terras) e de sua autodeterminação;
- IV. A luta pela reforma urbana, pela gestão coletiva dos espaços e da moradia;
- V. A luta pelo manejo sustentável dos resíduos sólidos por meio da autogestão e inclusão social dos catadores de materiais recicláveis;
- VI. A luta pela participação popular na definição e controle social das políticas públicas e dos orçamentos;
- VII. A luta das mulheres pela igualdade de gênero, raça, etnia, classe e pelo reconhecimento do papel da mulher como sujeito do desenvolvimento econômico e social numa economia fundada na solidariedade;
- VIII. A luta contra todas as formas de preconceito e de discriminação, sejam elas por raça, etnia, orientação sexual, geração, religião ou pela condição física, psíquica ou econômica;
- IX. A luta pela inclusão social das pessoas com deficiência, idosas, portadoras de HIV, egressas do sistema prisional, com transtornos mentais, entre outras;
- X. A luta pela valorização das identidades e manifestações culturais rurais e urbanas, indígenas e outras;
- XI. A luta da juventude urbana e rural por acesso à educação, à cultura, geração de trabalho, renda, etc e contra a violência;
- XII. A luta pela inclusão digital e o software livre;
- XIII. A luta ambientalista pelo desenvolvimento sustentável, pela preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas;
- XIV. A luta pela democratização da comunicação, pelo acesso e uso dos meios e contra o monopólio da mídia e
- XV. A luta pela erradicação do trabalho infantil e escravo.

Tais lutas deixam claro que a concepção de desenvolvimento para a economia solidária considera a centralidade da pessoa humana, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da diversidade cultural,

articuladas ao desenvolvimento econômico, pois este é considerado como um meio e não um fim, para promover o desenvolvimento humano e social em todas as suas dimensões. É o que acontece quando associações, cooperativas, redes de consumo, cadeias produtivas e grupos informais partilham seus resultados econômicos, políticos e culturais, respeitando a diversidade de raça, etnia, gênero, geração e opção religiosa.

A economia solidária tem sido amplamente debatida no Fórum Social Mundial (FSM)⁵. Em sua segunda edição, ocorrida em Porto Alegre (RS), em 2002, o Grupo de Trabalho de Economia Solidária apresentou o tema “Economia Solidária, Fundamento de uma Globalização Humanizadora”, texto de abertura para o debate sobre economia solidária, um dos cinco temas tratados no FSM.

O seminário tinha como proposta trazer ao debate a vocação da economia solidária enquanto movimento capaz de constituir o fundamento de uma globalização humanizadora, com desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação das necessidades básicas de cada um e de todos os cidadãos.

No Brasil, mais do que um movimento socioeconômico, a economia solidária se pretende um movimento ideológico e político apartidário que visa construir a partir dos seus eixos estratégicos uma proposta de desenvolvimento sustentável para o país, fundamentado na inclusão social de toda população e no exercício ativo da cidadania.

Por outro lado, a economia solidária impescinde do poder público em sua estratégia de desenvolvimento para garantir a defesa dos direitos universais dos cidadãos, razão pela qual preconiza um Estado democraticamente ativo, transparente, confiável, capaz de lidar e promover com sabedoria a diversidade do seu povo e agir com justiça social, zelando pelos direitos e responsabilidades de todos.

⁵ O Fórum Social Mundial (FSM) é um evento altermundialista organizado por movimentos sociais de diversos continentes, com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. Seu slogan é “Um outro mundo é possível”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%B3rum_Social_Mundial#FSM_2001. Acesso em: 27/10/2009.

2.3. A Política Pública em Construção

De acordo com Ham & Hill (1984), as políticas públicas são produzidas por processos indutivos, os quais definem agenda, impõem definições de problemas e criam condições para sua própria ação. Esse processo, quando construído de cima para baixo, mesmo que objetivando mitigar as desigualdades sociais, normalmente resulta em insucesso, pois tais políticas não se revestem em legitimidade, uma vez que estão em descompasso com a realidade dos diversos grupos sociais que não foram chamados a participarem dessa construção.

Ao tratar dessa questão, França Filho (2006) alerta para que a construção da política pública de economia solidária não seja pautada numa dinâmica unidimensional, do Estado para a sociedade; mas, ao contrário, seja resultado da interação entre os vários atores envolvidos: sociedade civil organizada, empreendimentos econômico-solidários e suas organizações representativas, entidades de apoio e fomento, gestores, políticos, etc.

Nesse sentido, o primeiro desafio que se apresenta é a interação e articulação intra-governamental, uma vez que a economia solidária se insere em dimensões de ordem social, econômica, política, cultural, ambiental, etc. Essa característica de transversalidade faz com que projetos, programas e ações de economia solidária, ao tratarem de temas que envolvem, por exemplo, trabalho, educação ambiental, habitação, segurança alimentar, esporte, entre outros, dependam do comprometimento de várias secretarias de governo. O que se observa é que o pouco entendimento efetivo sobre o assunto e as dificuldades naturais de alinhamento entre as estruturas de governo são condicionantes decisivas na consecução da política pública de economia solidária.

Por ter surgido a partir dos movimentos sociais, a economia solidária exige do poder público um espaço no processo de construção da política pública, mesmo que essa relação ocorra muitas vezes sob

tensões e fricções caracterizando tal relação, o que parece apontar um paradoxo constitutivo da sua natureza, ou seja, o de supor um padrão de relação que é sempre o mesmo, cooperação e conflito (FRANÇA FILHO, 2006, p. 265).

Nesse contexto, pode-se afirmar que a política pública de economia solidária deverá resultar da conformação de arranjos sociais, econômicos e políticos na proporção em que ocorrer a participação dos empreendimentos econômico-solidários e suas organizações representativas, entidades de apoio e fomento, políticos e gestores públicos.

Dessa articulação, resultará uma política pública que, de acordo com Pochmann (2004), pode ser de três tipos: redistributiva, cuja ação compreende a transferência de renda, por meio de programas como o Bolsa Família, que tem como público-alvo a população que se encontra à margem de oportunidades de trabalho e renda; emancipatória, possibilitando a geração de trabalho e renda por meio de programas de fomento, como é o caso dos bancos populares de microcrédito e desenvolvimentista, cujo objetivo é a reconstrução de elos de cadeias econômicas desarticuladas, a constituição de novos arranjos produtivos e, ainda, a qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra.

Por sua vez, França Filho (2006) distinguiu duas concepções de políticas de geração de trabalho e renda: a concepção insercional-competitiva e a concepção sustentável-solidária. A primeira admite, ainda, a importância da qualificação profissional, nos termos das políticas de emprego, porém, prioriza a organização da economia informal e os valores do empreendedorismo.

Por sua vez, a concepção sustentável-solidária agrega aos valores da primeira concepção a visão de construção de desenvolvimento local, com fortalecimento das relações sociais, políticas e culturais.

Essas concepções diferentes interferem na compreensão de qual deve ser a política de economia solidária. Dessa forma, gestores públicos podem optar por política de economia solidária de conformação diferente, dependendo da sua compreensão e da influência dos demais atores da economia solidária.

Em que pese as proposições conceituais de política pública, o movimento tem se articulado por meio de diversas formas de auto-organização política, entre as quais estão: fóruns, redes de gestores públicos, redes de colaboração solidária, etc, com vistas a propor a construção de políticas para o fortalecimento da economia solidária.

Nesse sentido, a principal contribuição veio da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que realizou em 2004 com o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ, um ciclo de debates sobre o papel da economia solidária nas políticas de trabalho, renda e desenvolvimento, contribuindo para a elaboração de uma política pública de economia solidária, estruturada federativamente e capaz de atuar no combate efetivo às causas estruturais da pobreza e promover a inclusão e o desenvolvimento social. Como resultado, a Rede sistematizou um conjunto de diretrizes para a política pública a partir das experiências em curso e dos debates realizados ao longo daquele ano.

Ao apresentar a concepção da política pública defendida pela Rede de Gestores, Schwengber (2006) ressalta que o Estado Brasileiro está arquitetado para promover o desenvolvimento capitalista, razão pela qual seus instrumentos de diagnósticos, execução e avaliação de políticas não enxergam outras estratégias econômicas que não funcionem na mesma lógica. Por esta razão, a economia solidária

tem se difundido apenas com estratégias próprias ou com apoio de políticas públicas residuais ou inadequadas, o que lhes dá poucas oportunidades de romper os círculos de reprodução da pobreza ou de precária sobrevivência (SCHWENGBER, 2006, p. 293).

Ao contrário, o Estado deve atuar como propulsor, por meio de políticas públicas de fomento a economia solidária, que na condição de estratégia de desenvolvimento não deve ser relegada a políticas de caráter assistencial ou compensatório, mas como alavanca de emancipação. As políticas de fomento à economia solidária deverão, ainda, apresentar a seguinte conformação: assegurar ações transversais que articulem instrumentos de vários setores (educação, saúde,

trabalho, habitação, crédito, etc); compreender as diversidades dos sujeitos e suas demandas; reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e sua constituição enquanto sujeitos políticos.

A proposta da Rede de Gestores considera, também, que o espaço institucional da política pública de fomento à economia solidária deve levar em conta as realidades distintas de cada ente da federação, porém, deve ser o que melhor lhe possibilitar avançar na consecução dos objetivos da política e permitir visibilidade da ação pública. Por outro lado, o público-alvo da política pública serão os cidadãos organizados ou dispostos a se organizarem em coletivos sócio-produtivos, nos termos definidos pela Senaes, com prioridade para os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

A fixação de funções e o relacionamento entre os entes federados devem ser bem definidos, de modo a promover a integração e complementariedade das ações. A política deverá prevê, ainda, a participação e o controle social na formulação, desenvolvimento e avaliação das políticas públicas, de modo que os diferentes atores possam negociar de forma transparente e em igualdade de condições, em espaços que podem ser: fóruns, conselhos, orçamento participativo, comissões, etc.

A contribuição da Rede de Gestores ao debate nacional com outros atores da economia solidária foi recepcionada pelas duas conferências nacionais do movimento, ocorridas em 2006 e 2010. Em 2006, a I Conferência Nacional de Economia Solidária deliberou que

a política de economia solidária deve ser uma política de desenvolvimento sustentável, de caráter perene, com participação democrática comunitária e popular, portanto, não relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório, e sim, integrada a estas, como alavanca emancipatória, também para os atuais beneficiários daquela política (I CONAES, 2006).

A II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em junho de 2010, considerou necessário implantar, imediatamente, a Política Nacional de Economia Solidária, em acordo com o anteprojeto de lei discutido e deliberado no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária, cuja proposta deveria ser

encaminhada, em regime de urgência, pelo Poder Executivo para debate e aprovação pelo Congresso Nacional.

De acordo com o Documento Base Nacional Sistematizado (II CONAES, 2010), a Política Nacional de Economia Solidária tem como finalidade promover a economia solidária na agenda do desenvolvimento do País, por meio do reconhecimento da atividade, do incentivo aos empreendimentos, da criação de novos grupos, do fortalecimento dos já existentes e de sua integração a redes e cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, assim como assegurar o direito ao trabalho associado.

A proposta a ser encaminhada ao Congresso Nacional idealiza a Política Nacional de Economia Solidária como parte de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo, que deve perseguir os seguintes objetivos:

- I. Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;
- II. Fortalecer e estimular os fóruns, a organização e a participação social e política da economia solidária;
- III. Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia solidária;
- IV. Contribuir para a geração e distribuição da riqueza, trabalho e renda, melhoria da qualidade de vida e promoção da justiça social;
- V. Contribuir para a equidade de gênero, de raça, de etnia e de geração, propiciando condições concretas para a participação de todos e organização dos setores historicamente excluídos;
- VI. Democratizar e promover o acesso desburocratizado da economia solidária aos fundos públicos, aos instrumentos de fomento, aos meios de produção, e às tecnologias sociais necessárias ao seu desenvolvimento;
- VII. Promover a integração, interação e intersetorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia solidária;
- VIII. Apoiar ações que aproximem consumidores e produtores, impulsionando na sociedade reflexões e práticas relacionadas ao consumo consciente, responsável e solidário, inclusive através de campanhas educativas;
- IX. Contribuir para a redução das desigualdades regionais com políticas de desenvolvimento territorial sustentável;

- X. Promover práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, a agroecologia e o etnodesenvolvimento;
- XI. Promover o trabalho decente e digno nos empreendimentos econômicos solidários;
- XII. Fomentar a articulação em redes e cadeias solidárias entre os grupos de economia solidária;
- XIII. Garantir a formação para a autogestão, tendo em vista que esta forma de relação se diferencia fundamentalmente das relações que se estabelecem no sistema capitalista e
- XIV. Fomentar a pesquisa, desenvolvimento e inovação e assessoria técnica e tecnológica adequados às especificidades da economia solidária (II CONAES, 2010).

A Política Nacional de Economia Solidária deverá contar, ainda, com instrumentos articulados às estratégias de desenvolvimento e adequados às demandas da economia popular solidária. Portanto, para avançar na superação dos desafios e na realização de seus objetivos, a Política Nacional de Economia Solidária deve implementar os seguintes eixos de ações:

- I. Acesso a conhecimentos: educação, formação, cultura, qualificação, assessoria técnica continuada, apoio à pesquisa e ao desenvolvimento e transferência de tecnologias;
- II. Acesso a serviços de finanças e de crédito;
- III. Acesso à organização da produção, ao Comércio Justo e Solidário e ao consumo responsável e
- IV. Comunicação e Divulgação junto à Sociedade (II CONAES, 2010).

2.4. O Modo de Produção

Conforme visto no capítulo 2, a economia solidária não é um movimento novo, mas um modo de organização social que vive uma fase de ressignificação e vem ganhando força nas últimas décadas como alternativa a reestruturação produtiva do capital e as transformações no mundo do trabalho.

Nesse sentido, cabe analisar a economia solidária enquanto categoria “modo de produção”, com vistas a compreender, a partir de fundamentação teórica, se é possível a economia de não-mercado vislumbrar uma saída democrática e participativa para produção de bens e serviços no modo de produção capitalista.

De acordo com a economia marxista, modo de produção é a forma de organização socioeconômica associada a uma determinada etapa de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Reúne as características do trabalho preconizado, seja ele artesanal, manufaturado ou industrial. É constituído pelo objeto sobre o qual se trabalha e por todos os meios de trabalho necessários à produção (instrumentos ou ferramentas, máquinas, oficinas, fábricas, etc).

Marx designou também um “modo material de produção”, em que

[...] os elementos e as formas materiais dos diversos processos de trabalho, pelos quais os membros de uma sociedade agem sobre a natureza que os cerca para extraírem os meios materiais necessários às suas necessidades, produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência social (GODELIER, 1981, p. 169).

Um modo material de produção só subsiste em arranjos sociais que cercam o processo de trabalho, que por sua vez disponibilizam forças produtivas aos agentes econômicos. Da mesma forma, um modo de produção requer um modo material de produção apropriado para dominar o conjunto do processo de produção social e subverter as instituições que ainda sustentam a ordem social, contra as novas necessidades de desenvolvimento.

De acordo com Godelier, o conceito de modo de produção diz respeito a “um conjunto de relações que vinculam os indivíduos e grupos ao processo de produção, no sentido amplo de suas condições materiais, consideradas aí a circulação e troca dos bens materiais” (GODELIER, 1981, p. 169).

Nessa acepção, de acordo com Gaiger (2003), o modo de produção capitalista surge com as seguintes características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de bens e materiais voltados ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e a força-de-trabalho, desvinculada daqueles meios; c) a transformação da força-de-trabalho em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado e d) a obtenção da mais-valia sobre o trabalho cedido aos donos do capital, como ampliação do valor investido na

produção.

Porém, ao longo do seu desenvolvimento, o capitalismo vem transformando sua base técnica, de modo a renovar-se continuamente para reforçar as forças produtivas e com isso repor sua própria realidade e reproduzi-la historicamente.

O que pensar, então, de formas sociais e econômicas desprovidas de estrutura auto-suficiente, capaz de reconstituir continuamente as relações de expropriação e acumulação de excedentes? Para Shanin (1980), tais formas não remeteriam ao modo de produção como unidade de análise, sob pena de retirar dessa categoria “seus *insights* analíticos mais importantes” (SHANIN, 1980, p. 65). É o caso das organizações de economia solidária, que atualmente funcionam como momentos do ciclo de acumulação do capital, embora em alguma medida ocupem margens de autonomia apreciáveis.

É fundamental, portanto, saber como tais formas podem existir e perdurar, tendo o capitalismo como força hegemônica ou, ainda, como é possível reduzir sua vulnerabilidade, ampliar seu campo de ação e manter sua lógica interna, afastando-se de alguma forma do controle do capital.

Cada modo de produção é caracterizado por uma forma social de produção específica. Dessa forma, é possível saber se são formas típicas ou atípicas para o modo de produção vigente. Foi assim nas sociedades primitivas que ordenavam a apropriação do território pelas relações de parentesco; no feudalismo, pelas obrigações servis e ainda é no capitalismo, pelas relações assalariadas.

No capitalismo, o vínculo salarial permite a apropriação do trabalho excedente gerado no processo produtivo, sob forma de mais-valia. De acordo com Harvey (1993), no capitalismo, estratégias de segmentação do processo produtivo, emprego de operários polivalentes e adoção de contratos de trabalho precários, nada mais são do que variações jurídico-formais da relação assalariada, com fim na continuidade da acumulação.

A economia camponesa, uma das primeiras formas de organização da economia solidária, é um exemplo de forma social de produção capaz de adaptar-se a modos de produção para os quais é atípica. Suas características fundamentais se baseiam nas relações familiares e na posse parcelar da terra. A dinâmica familiar determina comportamentos que vão desde o cálculo do valor da produção até as regras de convivência e sucessão. No entanto, esta forma de organização econômica não consegue subsistir sem os sistemas externos de exploração do excedente, pois tais mecanismos são muito significativos para o seu funcionamento no contexto societário amplo.

Assim como na economia camponesa, as demais formas de economia solidária são desafiadas a atuarem em outros modos de produção para os quais são atípicas, tendo que, cada uma ao seu modo, desenvolver mecanismos de adaptação.

De início, o desafio da economia solidária é organizar sua base interna a luz dos princípios da solidariedade, da autogestão e da cooperação, sem abrir mão de se afirmar enquanto modo de produção vinculado a uma atividade econômica; do contrário, estaríamos falando de organização com fins puramente filantrópicos (BAJOIT, 2004). O percurso para a organização dos empreendimentos econômico-solidários, enquanto modo de produção, requer um exercício constante de democracia, com forte comprometimento dos associados.

Para Singer (2002), o compartilhamento das decisões em reuniões dos trabalhadores, em curto intervalo de tempo, no caso de pequenos empreendimentos, ou por meio de delegados representando a maioria, no caso de grandes coletivos, é a forma mais adequada de assegurar a participação e o comprometimento de todos.

Superado o desafio interno, a economia solidária terá, ainda, além de subverter a lógica da acumulação, dar conta da premissa da produtividade competitiva, vigente nas relações econômicas atuais, sem perder as suas características. Nesse sentido, para que presenciemos experiências verdadeiramente fundadas nas relações pautadas pela solidariedade e pela valorização do trabalho, Gaiger (2003) sugere que a economia solidária deve

a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca (GAIGER, 2003).

Essas medidas teriam a força de transformar a consciência dos trabalhadores, hoje sobrepujada às relações alienantes do capital, de modo a possibilitar a emancipação a partir da centralidade do trabalho e da vida coletiva. Com isso, será possível fazer prosperar iniciativas que, apesar das dificuldades, mostram-se bem sucedidas, como é o caso das organizações de crédito, troca e consumo solidário, fazendo com que esse esforço de adaptação às externalidades capitalistas possa assegurar a sua reprodução.

Entretanto, para se firmar como modo de produção, a economia solidária impescinde de regulação adequada que garanta a sua inserção na sociedade, permitindo a ampliação de suas iniciativas e a assimilação dos seus princípios. Dessa forma, segundo Gaiger (2003), a consolidação da economia solidária como modo de produção passa a ser uma questão política, de escolha entre sistemas econômicos alternativos, conforme os interesses que se queira prevalecer.

3. O MAPEAMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Com vistas a compreender a realidade em que está inserida, faz-se oportuno apresentar o perfil da economia solidária no Brasil, assim como no município de Fortaleza, a partir dos dados levantados pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) e apresentados no Atlas da Economia Solidária no Brasil⁶.

A apresentação desses dados visa, inicialmente, identificar as características dos empreendimentos econômico-solidários e entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil, para, então, analisar o contexto em que se encontram tais empreendimentos no município de Fortaleza e permitir, assim, compreender os avanços e desafios da política pública de economia solidária local.

Cabe ressaltar que no levantamento do SIES (2007) foram considerados alguns conceitos básicos para delimitar o campo de atuação da pesquisa, quais sejam:

- a) Economia Solidária é o conjunto de atividades econômicas – produção, distribuição, consumo, finanças e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras de forma coletiva e autogestionária, sob a égide dos valores e princípios da cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica e
- b) Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF) são aquelas organizações que realizam ações de apoio direto aos empreendimentos econômico-solidários, tais como capacitação, formação e qualificação, assessoria e acompanhamento, incubação

⁶ O Atlas da Economia Solidária no Brasil é um relatório composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF), com base em levantamento do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), em 2007.

e fomento de empreendimentos, assistência técnica e organizativa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais, etc.

Em que pese a pesquisa do SIES ter identificado as associações, as cooperativas e os grupos informais como sendo a grande maioria dos empreendimentos da economia solidária, o seu universo de manifestação é bastante amplo, incluindo, conforme definição da I Conferência Nacional de Economia Solidária:

[...] coletivos informais, associações, cooperativas de produção, de trabalho, de consumo solidário ou de serviços; cooperativas sociais (pessoas com deficiência e transtorno mental); organizações e grupos de crédito solidário, bancos comunitários e fundos rotativos e cooperativas de crédito; redes de empreendimentos, produtores e consumidores; grupos e clubes de trocas solidárias e mercados de trocas solidárias com ou sem uso de moeda social; empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo; centrais de comercialização, iniciativas de comércio justo, organização econômica de comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhas, seringueiros, pescadores artesanais e outros extrativistas, etc.); cooperativas habitacionais autogestionárias; grupos culturais; agroindústrias familiares, entre outras iniciativas, seja nas áreas urbanas ou no meio rural, respeitando a questão de gênero, raça, etnia e geração (I CONAES, 2006).

De todo modo, as formas de organização identificadas na pesquisada foram: grupo informal, associação, cooperativa, sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada, sociedade mercantil em nome coletivo, sociedade mercantil de capital e indústria e outra. Sendo assim, todos os coletivos descritos na I CONAES (2006) foram, ao serem identificados, enquadrados nos tipos de organizações referidas acima, tendo como condição principal o agrupamento de pessoas reunidas sob a centralidade da economia solidária.

3.1. O Perfil Nacional da Economia Solidária

Em 2.934 municípios brasileiros (52% do total) foram identificados 21.859 empreendimentos econômico-solidários. A maior concentração desses está no Nordeste com 43,5% do total. Nas demais regiões estão assim distribuídos: 12% na região Norte, 18% na região Sudeste, 10% na região Centro-Oeste e 16,5% na

região Sul.

O levantamento do SIES demonstrou que os empreendimentos econômico-solidários estão organizados na sua maioria sob a forma de Associação (52%), seguida de Grupos Informais (36%), Organizações Cooperativas (10%) e outras formas de organização (2%).

A trajetória de crescimento da economia solidária ocorre de forma parecida em todas as regiões do Brasil, com destaque para região Nordeste, que apresentou maior expansão em relação às demais. O início das atividades dos empreendimentos econômico-solidários levantados na pesquisa data desde antes da década de 50 do século XX, com crescimento gradativo até os anos 80 e tem no final do século passado seu momento de maior expansão. Entre os anos de 2001 e 2007, essa trajetória continuou de forma exponencial, tendo registrado um crescimento 25% superior à década anterior.

Quando perguntado quais os motivos para a criação dos empreendimentos econômico-solidários, tem-se pela ordem a seguinte resposta: alternativa ao desemprego (46%), complemento da renda dos sócios (44%), obtenção de maiores ganhos (36%), possibilidade de gestão coletiva (27%) e condição para acesso a crédito (25%).

Dos empreendimentos pesquisados, 50% deles estão registrados no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). O levantamento apontou também que dos 21.859 empreendimentos consultados, 90% estão em funcionamento ou operando e 10% estão em implantação. Verificou-se, ainda, que em 30% dos empreendimentos houve aumento de sócios nos últimos 12 meses da pesquisa, contra 19% que registraram redução de seus membros.

O número de participantes associados a empreendimentos econômico-solidários é superior a 1,68 milhão de pessoas, entre homens e mulheres, representando uma distribuição média de 78 participantes por EES. Em 76% dos EES, os sócios trabalham ou atuam diretamente nos empreendimentos.

No que se refere à participação por gênero dos associados aos EES, tem-se que os homens estão em maior número (63%), enquanto que as mulheres são 37%. Essa participação relativa é modificada dependendo da região que se toma. Na região Sul, por exemplo, a participação dos homens é superior à média nacional (71%), enquanto que a participação das mulheres é superior à média nacional na região Centro-Oeste (41%).

A participação das mulheres é mais expressiva nos empreendimentos de menor porte, onde predominam com grande vantagem nos EES com menos de 10 sócios (66%) e de 11 a 20 (53%), enquanto que os homens têm participação mais efetiva nos empreendimentos de 21 a 50 sócios (58%) e acima de 50 (65%).

Os empreendimentos formados exclusivamente por homens representam 9% do total, enquanto os constituídos exclusivamente por mulheres são 18%. Por outro lado, os EES formados por homens e mulheres são a grande maioria (73%).

Os EES localizados exclusivamente na área rural representam 48% do total, enquanto que 35% atuam exclusivamente na área urbana. Os outros 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana.

Os produtos e serviços oferecidos pelos EES são de uma variedade expressiva e em grande quantidade, distribuídos geograficamente de forma diversificada pelos municípios e regiões do país. Os produtos e/ou serviços quando agrupados por tipo de atividade mais citados pelos empreendimentos são aqueles relacionados à agropecuária, extrativismo e pesca (41%), alimentos e bebidas (17%) e artefatos artesanais (17%).

Os insumos/matérias-primas mais utilizados pelos EES, por ordem decrescente, são: aviamentos para costura, sementes, tecidos, adubos, embalagens, combustíveis, ração para animais e outros.

Sobre a sede ou local de funcionamento dos EES, a pesquisa apontou a seguinte situação: 42% funcionam em sede própria e 40% em local emprestado ou

cedido.

A maioria dos EES destinam seus produtos e/ou serviços para venda (59%), enquanto que para outros 27% parte é vendida ou trocada e parte é destinada ao autoconsumo dos sócios. Quanto a forma de comercialização, 51% realizam venda direta ao consumidor, seguidos de 31% que vendem a revendedores/atacadistas e somente 6% vendem a órgãos governamentais. Quanto a espaço de comercialização, o levantamento revelou que 35% vendem ou trocam seus produtos e/ou serviços no comércio local ou comunitário, seguidos de 32% que comercializam em mercados municipais. Os menores espaços de comercialização dos EES são o mercado nacional (4%) e o de exportação (1%). Os ambientes mais utilizados na comercialização pelos EES são: entrega direta a clientes (35%), seguido por feiras livres (22%), lojas ou espaços próprios (15%), feiras e exposições eventuais/especiais (15%) e centrais de comercialização (6%).

As fontes de recursos iniciais para criação dos EES são em sua grande maioria oriundas dos próprios sócios (60%), seguida por doações (21%), crédito (12%) e outros (7%). Quando perguntados sobre o acesso ao crédito nos últimos 12 meses, 16% tiveram acesso, 32% não buscaram crédito e os outros 52% buscaram, mas não obtiveram acesso. As principais dificuldades de acesso ao crédito são a falta de apoio técnico para projetos e planos de negócios (36%), o não atendimento as condições de garantias exigidas (31%), as condições do crédito são incompatíveis (31%) e a falta de documentação exigida (29%). Apesar da grande dificuldade de acesso, apenas 6% do EES que tiveram acesso ao crédito estão com algum atraso nos pagamentos. Quando perguntados se no momento havia necessidade de financiamento/crédito, 76% disseram que sim.

O faturamento médio mensal foi informado por 69% dos EES, totalizando mais de 653 milhões de reais. O que se percebe nesse quesito é uma concentração acentuada na geração dos resultados financeiros da economia solidária, senão vejamos: 80% do faturamento médio mensal são gerados por 4,79% do EES que faturam mais de 100 mil reais por mês, enquanto que 59,85% geram apenas 2% do faturamento médio mensal.

No que se refere aos resultados financeiros, é interessante observar que somente 15% dos EES que se organizam com este fim apresentaram déficit no ano do levantamento e não conseguiram o suficiente para pagar suas despesas, enquanto que 38%, depois de pagar as despesas, obtiveram “sobras” em suas atividades. 34% dos EES não obtiveram sobras, mas conseguiram pagar suas despesas e 13% dos empreendimentos não são organizados para obtenção de resultados financeiros ou não informaram.

A remuneração dos associados foi informada por 49,74% dos empreendimentos econômico-solidários. Destes, 18,83% têm remuneração até meio salário mínimo (SM), 12,16% ganham entre meio e um SM e 12,86%, entre um e dois SM. A média global ponderada dos rendimentos dos sócios é 166 reais por mês. A baixa remuneração dos associados dos EES se explica pelas razões que os levaram a participar de tais organizações, como a possibilidade de complementação de renda e alternativa ao desemprego. O tipo de remuneração mais comum é por produto ou produtividade, informado por 59% dos EES. Chama a atenção o fato de não existirem benefícios, garantias e direitos para sócios que trabalham nos empreendimentos em 64% dos EES.

A participação dos sócios na gestão dos EES foi outro dado interessante observado no levantamento do SIES, medida pela frequência e finalidade com que são realizadas as assembleias, reuniões e atividades dos membros, sendo que predomina a participação dos sócios nas decisões cotidianas (66%), seguida pela periodicidade mensal das assembleias (62%), prestação de contas em assembleia geral (61%), eleição direta dos dirigentes (60%), facilidade de acesso a registros e informações (60%), definição do destino das sobras e uso de fundos por um coletivo de sócios (49%) e o plano de trabalho definido em assembleia (42%). A periodicidade mensal das assembleias e reuniões do coletivo de sócios é a prática mais comum entre os EES (48%), seguida da semanal ou mensal (14%).

Em relação às dificuldades que os EES enfrentam, verificaram-se três grandes desafios que indicam quais caminhos se deve priorizar para fortalecer a economia solidária. A comercialização é a dificuldade apontada por 68% dos

empreendimentos, seguida por acesso a crédito (53%) e apoio, assistência técnica e formação (27%). Esse quadro é potencializado na região Norte, onde as dificuldades de comercialização, de acesso ao crédito e de apoio, assistência técnica e formação são apontadas por 72%, 54% e 34% dos EES, respectivamente. A maior dificuldade dos EES da região Nordeste é também a comercialização (72%), porém, ela se destaca pela dificuldade de acesso ao crédito (56%).

Sobre a comercialização dos EES, 68% informaram que enfrentam dificuldades para comercializar seus produtos e serviços. Os principais problemas são: falta de capital de giro (33%); logística: transporte e estrutura de comercialização (30%); atendimento à escala e regularidade no fornecimento (25%); quantidade insuficiente de clientes (24%); preço inadequado dos produtos (16%); falta de registro legal para comercialização (14%) não consegue realizar vendas a prazo (12%).

Por outro lado, 73% dos EES tiveram algum tipo de apoio, assessoria, assistência ou capacitação, cujos principais tipos foram: qualificação profissional, técnica ou gerencial (31%), assistência técnica e/ou gerencial (26%) e formação sócio-política em autogestão, cooperativismo, economia solidária, etc (17%). Os principais agentes que apoiaram os EES foram órgãos governamentais (38%), ONGs, Oscips, igrejas, associações e conselhos comunitários (21%) e o sistema “S” (Sebrae, SESCOOP, etc) com 18%.

A participação em alguma rede ou fórum de articulação foi informada por 46% dos EES, sendo que os principais tipos são: fórum ou rede de economia solidária (23%), movimento social ou sindical (14%) e redes de produção/comercialização (12%). Já a participação em movimentos sociais e populares é prática de 58% dos EES, sendo que os mais apontados foram: movimento comunitário (24%), movimento sindical urbano ou rural (22%) e movimento de luta pela terra e agricultura familiar (18%).

A maioria (57%) dos EES desenvolve alguma ação social ou comunitária, sendo as principais: educação (21%), trabalho (18%), saúde (18%), meio ambiente (16%), moradia (9%), redução da violência (6%) e assistência social

(5%).

Quanto à questão compromisso e participação social, verifica-se que 70% dos EES afirmam que se preocupam com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos ou serviços, manifestando-se na prática de preços que facilitem acesso aos consumidores (26%), oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos (20%), informações sobre os produtos e serviços (20%) e a promoção do consumo ético e do comércio justo (17%).

O meio ambiente também é preocupação de boa parte dos empreendimentos econômico-solidários. Nesse sentido, 39% dizem realizar reaproveitamento de resíduos.

Sobre as entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária (EAF), que dão apoio direto, capacitação, assessoria, incubação e assistência técnica e gerencial a empreendimentos econômico-solidários, pode-se enumerar os seguintes tipos: Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundações privadas, Organizações Não-Governamentais (ONG) com natureza jurídica de associação, Serviços Sociais Autônomos (Sebrae, Senar, etc.), Incubadoras Universitárias ou Núcleos de Extensão Universitária, entre outras.

No levantamento, foram identificadas 1.120 EAFs. Verifica-se que a participação relativa dessas entidades nas regiões é semelhante à participação relativa dos EES, com maior concentração na região Nordeste (51%).

Quanto à forma de organização das EAFs, verifica-se que há uma predominância das ONGs com natureza jurídica de associação (46%), com quase metade dos casos. Em seguida, as fundações, com 13%, e as Oscips, com 12% do total.

Com relação aos vínculos sociais e políticos das EAFs, verifica-se que 43,5% do total afirmam não possuir nenhum tipo de vínculo com outras organizações sociais e políticas. Destacam-se como principais formas de vínculo as instituições

religiosas (24%) e o movimento sindical (11,7%).

3.2. O perfil da Economia Solidária no Município de Fortaleza

O levantamento do SIES identificou 107 EES no município de Fortaleza. Destes, 79% tiveram início entre os anos de 2001 e 2007. Assim como no cenário nacional, a maioria (93%) dos EES está em funcionamento ou operando. No entanto, diferentemente do que ocorre no Brasil, a maioria está organizada em grupos informais (68%) e somente 25% possuem CNPJ, representando uma situação de maior fragilidade de articulação, haja vista o caráter precário de reconhecimento junto ao poder público. Por outro lado, os principais motivos que levaram à criação dos EES coincidem com a pesquisa nacional: alternativa ao desemprego (55%) e fonte complementar de renda (43%).

Dadas as características demográficas da capital Fortaleza, 89% dos EES atuam na área urbana do município. Quanto ao gênero, prevalece a maior participação de somente mulheres (46%), seguida de homens e mulheres (45%) e somente homens (9%). A participação de mulheres é mais expressiva em todos os portes de empreendimentos pesquisados. Registre-se, ainda, que nos últimos 12 meses antes da pesquisa, houve mais EES que reduziram o número de sócios (32%) do que aqueles que aumentaram (22%).

O comércio/venda (79%), produção (65%), uso de infraestrutura (57%), uso de máquina, equipamentos e ferramentas (47%) e aquisição de matéria-prima e insumos (44%) são as atividades que mais são realizadas de forma coletiva pelos sócios dos EES. Já os setores econômicos que mais aparecem nos EES são: fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos – exceto vestuário (22%), confecção de peças do vestuário - exceto roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes (17%) e confecção de roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes (11%). Com relação aos produtos ou serviços mais produzidos pelos EES de Fortaleza, aparece confecção (30%), seguido de bolsas diversas (17%), bijuterias (15%), artesanato (7%), artigos de cama, mesa e banho (7%), roupas íntimas (7%) e outros.

O faturamento médio mensal dos EES de Fortaleza se mostra distribuído de forma mais equitativa se comparado à pesquisa nacional, porém, revela que a maioria são empreendimentos de pequeno porte, senão vejamos: dos que informaram, 86% geram faturamento correspondente a 41% do total e situam-se na faixa de faturamento mensal até 5 mil reais.

A estrutura de produção apresenta característica compatível com os setores econômicos mais explorados pelos EES, uma vez que os insumos mais utilizados são tecidos (42%), aviamentos para costura (33%) e tintas (19%). A aquisição de tais insumos é, na maioria dos casos (63%), de empresas privadas, o que demonstra certa dependência das relações tradicionais de mercado. Em relação ao patrimônio, enquanto o local de funcionamento da maioria dos EES (47%) é cedido ou emprestado, 73% possuem equipamentos próprios.

Para a maioria dos EES (83%), a destinação dos produtos ou serviços é a venda, enquanto somente 12% realizam trocas. A comercialização ocorre, preferencialmente, para 59% deles por meio da venda direta ao consumidor. Menos de 1% realiza venda para órgãos governamentais; 75% dos EES destinam seus produtos ou serviços ao mercado local e/ou municipal. Já os espaços de comercialização são na maioria dos casos feiras (49%) e entrega direta a clientes (26%). Mesmo assim, 83% dos empreendimentos pesquisados dizem ter encontrado dificuldade na comercialização. Entre as queixas mais comuns aparecem: falta de capital de giro para vendas a prazo (20%), falta de estrutura para comercialização (14%) e quantidade insuficiente de clientes (14%). Outra condição precária é a forma de divulgação pelos EES. Grande parte ainda usa a divulgação boca a boca (45%).

Quanto aos recursos iniciais para a criação dos EES, a situação difere um pouco da pesquisa nacional, pois a maior parte é oriunda de empréstimos e/ou financiamentos (39%), seguida de recursos dos próprios sócios (29%) e doações (27%). Surpreendentemente, 71% dos empreendimentos fizeram investimentos nos últimos 12 meses, principalmente em equipamentos (37%), seguido de ampliação de estoque (28%) e infra-estrutura física (16%); 87% dos EES fizeram investimento de 10 mil reais nos 12 meses anteriores à pesquisa. O acesso a crédito ou

financiamento foi alcançado por 44% dos EES, enquanto 48% não tiveram acesso. Um fato que chama a atenção é que dos empreendimentos que tiveram acesso a crédito ou financiamento, 51% utilizaram ONGs ou Oscips e somente 17% contaram com o apoio de bancos públicos. Apesar das dificuldades, apenas 28% do EES que tiveram acesso ao crédito estão com algum atraso nos pagamentos. Quando perguntados se no momento havia a necessidade de financiamento/crédito, 75% disseram que sim, situação semelhante à pesquisa nacional.

No tocante a apoio, assessoria, assistência ou capacitação, 95% dos EES contaram com algum tipo de auxílio, sendo a qualificação profissional, técnica e gerencial o tipo de apoio mais recebido (29%), seguido por formação sócio-política (26%) e assistência técnica e/ou gerencial (18%). Para a maioria dos EES (46%) esse apoio foi fornecido por ONGs, Oscips, igrejas, associações e conselhos comunitários, seguido por órgãos governamentais (23%) e o Sistema “S” – Sebrae, SESCOOP, etc (15%).

A gestão do EES no município de Fortaleza apresenta característica significativamente democrática, pois 59% têm como instância de direção e coordenação “assembleia de sócios ou reunião do coletivo de sócios” ou “grupos de trabalho, comissões ou núcleos”. As formas de participação mais comuns são “participação nas decisões cotidianas do empreendimento” ou “plano de trabalho definido em assembleia geral/reunião do coletivo de sócios” (41%). 82% realizam “assembleia geral/reunião do coletivo de sócios”, com periodicidade que varia de semanal a mensal.

Quanto aos resultados da atividade econômica no ano anterior, 38% dos EES pagaram as despesas e não tiveram nenhuma sobra, contra 35% que depois de pagarem as despesas tiveram alguma sobra. Neste caso, 67% utilizaram as sobras para investimento.

A realidade socioeconômica dos EES é bem própria dos pequenos. Senão vejamos: em 95% deles, os sócios trabalham ou atuam diretamente no empreendimento; 85% possuem de um a 20 sócios, que trabalham no empreendimento; as mulheres representam 78% dos sócios que trabalham nos

empreendimentos. A remuneração mais comum é por produção ou produtividade (46%), seguida pelos que não estão conseguindo remunerar (31%). Para a maioria dos EES, não existem benefícios, garantias e direitos para os sócios que trabalham nos empreendimentos (51%).

Quando se trata de inserção dos EES em redes ou fóruns de articulação, é importante observar que 71% deles participam de alguma forma; destes, a maioria em “fórum ou rede de economia solidária” (43%), seguida de “ONGs, igrejas, pastorais, fundações, etc” (24%) e “redes de produção/comercialização” (9%).

A responsabilidade social e ambiental também está presente nos EES localizados no município de Fortaleza: 63% deles têm alguma relação ou participam de movimentos sociais e populares; a maioria destes participa de “movimento comunitário” (44%), seguida de “movimento de mulheres/gênero” (10%) e “religioso ou pastoral” (10%). Quando se trata de ações sociais ou comunitárias, 59% responderam que participam de alguma forma, sendo que as mais comuns são: “trabalho” (24%), “educação” (19%), “lazer/esporte/cultura/religião” (13%) e “redução da violência” (10%).

A qualidade de vida dos consumidores dos produtos e serviços é preocupação para 89% dos EES pesquisados no município de Fortaleza, que adotam como principais iniciativas: “preços dos produtos e/ou serviços facilitam o acesso aos consumidores” (28%); “qualificação e qualidade do produto e/ou serviço” (25%); “incentivo ou promoção do consumo ético e do comércio justo” (19%) e “informações dos produtos e/ou serviços aos consumidores” (19%). Para os 85% dos EES que geram algum tipo de resíduo em sua atividade econômica, 47% realizam coleta de lixo normal e 33% fazem reaproveitamento dos resíduos no empreendimento.

4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Antes de entrar no mérito, convém definir o que se entende por institucionalização da economia solidária para, então, fazer algumas considerações acerca da ação do Estado na construção da política pública de economia solidária.

Nesse sentido, a institucionalização da economia solidária se manifesta por meio de instrumentos que prevêem um marco jurídico regulatório (leis, decretos, portarias, etc), programas ou ações em planos plurianuais nas três esferas de governo e, ainda, a existência em estrutura regimental dos órgãos públicos como executores da política pública de economia solidária.

Dessa forma, a política pública de economia solidária só pode se concretizar por meio de ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal, com o objetivo de fortalecer a economia solidária, tendo como beneficiários diretos os trabalhadores ou sócios de empreendimentos econômico-solidários, mesmo aqueles que estão em processo de constituição, ou ainda, na informalidade.

Exemplos de ações que caracterizam a institucionalização da economia solidária são: incubação, fomento e apoio; formação, qualificação e capacitação; assessoria e assistência técnica; finanças solidárias e acesso a crédito; apoio à organização da comercialização; acesso a pesquisas e tecnologias sociais; marcos regulatórios apropriados à economia solidária (reconhecimento, formalização, tributação e acesso às políticas públicas); comunicação, campanhas; fortalecimento de fóruns e redes de economia solidária; conselhos e outros espaços de formulação, participação e controle social de políticas públicas de economia solidária.

4.1. A Institucionalização no Âmbito Nacional

Conforme mencionado no capítulo 2, a partir dos anos 90, diversos

atores exerceram papel relevante no desenvolvimento e ampliação do movimento de economia solidária. Entre eles, destacaram-se as entidades vinculadas à Igreja, sindicatos, ONGs e movimentos sociais organizados. Por sua vez, a ação do Estado se manifesta a partir da entrada em cena da universidade e de administrações públicas progressistas nas três esferas de governo. As ações da universidade se concretizam por meio da pesquisa, do ensino e de iniciativas como a Rede Interuniversitária Unitrabalho⁷ e a Rede Brasileira de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares⁸.

Por sua vez, na administração pública federal a institucionalização da economia solidária vem se construindo por meio de estruturas e mecanismos formais de implementação de políticas públicas de geração de emprego e renda.

A iniciativa mais relevante nesse sentido foi a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)⁹, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Lei nº 10.683, de 28/05/2003. A Senaes tem como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à economia solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

As atribuições da Senaes estão previstas no Decreto nº 5.063, de 8 de maio de 2004, que estabeleceu as seguintes competências¹⁰:

I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego;

II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;

⁷ É uma rede universitária nacional que agrega 92 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. Foi criada, em 1996, com o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/site/>. Acesso em 21/11/2009.

⁸ A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares foi iniciada em 1998 e é constituída atualmente por ITCPs de 44 universidades. Tem como objetivo desenvolver e disseminar conhecimentos sobre autogestão e economia solidária. Disponível em: <http://www.itcp.usp.br/drupal/>. Disponível em 21/11/2009.

⁹ A Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes - foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil.

¹⁰ Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_atribuicoes.asp. Acesso em: 21/11/2009

III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;

IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;

V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito e outras formas de organização deste setor;

VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;

IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;

X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;

XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do governo federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;

XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;

XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;

XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério do Trabalho e Emprego, em sua área de competência e

XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.

A Senaes, tendo à frente o economista Paul Singer¹¹, vem implementando, por meio de ações diretas ou da contratação de entidades especializadas, várias iniciativas com vistas a difundir e fomentar a economia solidária no Brasil, tais como: apoio às feiras de economia solidária; ações de apoio às empresas recuperadas e às redes e cadeias produtivas; plano setorial de qualificação em economia solidária e o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento¹², que tem o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação

¹¹ Ocupa, desde a criação da Senaes, o cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária. Disponível em: http://www.mte.gov.br/institucional/quem_e_quem_snes.asp. Acesso em: 21/11/2009

¹² Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp. Acesso em 21/11/2009.

da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

É importante ressaltar a articulação em nível federal de outros ministérios e órgãos nas ações de apoio e fomento à economia solidária, por meio de políticas: de enfrentamento à pobreza; de transferência de renda; de segurança alimentar; de fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária; da agricultura urbana; da regularização fundiária das comunidades quilombolas, indígenas e camponesas; de qualificação social e profissional; de educação de jovens e adultos; de ciência e tecnologia; de desenvolvimento urbano e rural; de desenvolvimento territorial; de promoção da saúde mental, da saúde do trabalhador e da saúde da família; de meio ambiente; de promoção de igualdade de gênero, raça e etnia; entre outras.

Nesse sentido, o Banco do Nordeste lançou o edital do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários¹³, com o objetivo de disponibilizar recursos financeiros não reembolsáveis ao BNB/Senaes/MDS, para apoiar instituições que mantenham ou se proponham implementar fundos solidários ou rotativos, que apoiem projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços, situados na região de atuação do BNB, compreendendo os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. A expectativa do programa é disponibilizar recursos financeiros, de forma democrática, para a organização da sociedade, buscando estimular a criação e o fortalecimento de ambientes territoriais inovadores, a partir de formas de convivência solidária.

O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)¹⁴, regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.811, de 21 de junho de 2006, é mais um avanço na institucionalização do movimento de economia solidária. Trata-se de um órgão consultivo e propositivo de interlocução entre os setores da sociedade civil e do governo em proveito da economia solidária. É composto por 56 entidades representantes dos três setores: governo, empreendimentos econômico-solidários e

¹³ Disponível em: <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em: 24/03/2008.

¹⁴ Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/cons_default.asp. Acesso em: 14/07/2009.

entidades não-governamentais de fomento e assessoria à economia solidária. Tem entre suas atribuições a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do governo federal, bem como o acompanhamento da execução destas ações no âmbito de uma política nacional de economia solidária.

Nesse processo de institucionalização da economia solidária, cabe destacar a contribuição relevante das duas conferências nacionais ocorridas em 2006 e 2010. A Conferência Nacional é precedida por Conferências Estaduais, que elegem e designam delegados representantes os segmentos: empreendimentos econômico-solidários (50%), entidades da sociedade civil (25%) e poder público (25%). Constitui-se, então, o mais amplo espaço de interlocução entre governo e sociedade em prol do fortalecimento da economia solidária a partir da discussão de princípios, diretrizes, estratégias e ações voltadas para o setor.

A formação de Rede Nacional de Gestores Públicos em Economia Solidária representa, também, uma iniciativa importante para a construção de ambientes adequados para o fomento e o desenvolvimento da economia solidária. Em outras palavras, “a Rede de Gestores compõe um cenário político e ideológico que incide no espaço público e contribui para dar visibilidade e reconhecimento social à economia solidária” (Senaes, 2008, p. 14). A Rede de Gestores integra o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o Conselho Nacional de Economia Solidária, além de se articular com outros atores da economia solidária e tem como objetivos.

- a) construir e desenvolver uma agenda comum para a articulação, consolidação e institucionalização de políticas públicas de economia solidária no país, vinculadas às estratégias de desenvolvimento, a fim de que o perfil sustentável que essas devem ter se fortaleçam;
- b) ampliar a articulação com outros atores da economia solidária, com vistas a fortalecer um espaço comum para a discussão de políticas públicas e a organização e participação social dos diversos segmentos dela integrante;
- c) fortalecer a interlocução entre as esferas de governo (municipal, estadual e federal) pela integração de estratégias, programas e instrumentos que possam estruturar e consolidar as políticas públicas de economia solidária;

- d) contribuir para a formação de gestores públicos em economia solidária e a ampliação do espaço desta nos programas de governo e nas estruturas administrativas do Estado brasileiro, nas suas diferentes esferas e
- e) estimular a organização e a articulação de cadeias produtivas entre empreendimentos de economia solidária” (Senaes, 2008, p. 15).

Em que pese o movimento da economia solidária ter alcançado uma dimensão institucional considerável no âmbito federal e em alguns estados da federação, essa realidade ainda não se propagou para a maioria dos estados e municípios brasileiros. Conforme o site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)¹⁵, somente os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, São Paulo e o Distrito Federal dispõem de alguma lei ou projeto relacionados à economia solidária, o que significa um terço das unidades da federação.

É certo que houve grandes avanços no campo institucional, mas a economia solidária no Brasil, além de não se constituir como política pública na maioria dos estados da federação, carece de instrumentos de fomento possíveis de levarem a efeito os programas demandados com maior ênfase pelos EES, como por exemplo: 1) formação e capacitação em autogestão de trabalhadores para organização e gestão coletiva de EES; 2) capacitação do processo operacional, por técnicos de diferentes áreas profissionais, na realização de diagnóstico e elaboração de projetos; 3) abertura de linhas de financiamento, em convênio com o governo federal e instituições multilaterais; 4) criação de incubadoras tecnológicas, através da constituição de espaço físico e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas e 5) apóio à comercialização, através da organização dos consumidores, construção de espaços de comercialização e apoio a feiras de economia solidária.

A implementação de uma política pública de aquisição de produtos e serviços dos empreendimentos de economia solidária pelo poder público é outra grande oportunidade de fortalecimento dos EES, dado o potencial de geração de

¹⁵ Fórum criado simultaneamente à Secretaria de Nacional de Economia Solidária (SNAES). O FBES representa o movimento de economia solidária frente ao poder público (nas esferas federal, estadual e municipal, através da sua Coordenação Nacional e dos Fóruns Estaduais e Municipais) e frente a entidades, redes e articulações nacionais e internacionais. O FBES estrutura-se de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de economia solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos. Disponível em: [http:// www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br). Acesso em: 27/07/2009.

renda que representam as compras de governo. Por outro lado, constitui-se também numa política pública de grande dificuldade de implementação, haja vista a vinculação da União, Estados, Municípios e Distrito Federal aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública.

Nesse sentido, a lei geral da Micro e Pequena Empresa (MPE)¹⁶ flexibilizou a lei das licitações, possibilitando maior participação desses pequenos empreendimentos nas compras públicas, mas desde que estejam organizados formalmente. As pequenas empresas terão mais facilidades de participar das licitações e vender para os governos municipais, estaduais e federal. Entre as principais conquistas relacionadas às licitações públicas estão: a preferência na contratação de MPE, em caso de empate nos processos de licitação e a possibilidade da administração pública realizar processo licitatório exclusivamente com MPE, entre outras.

Infelizmente, os empreendimentos econômico-solidários, a exceção da agricultura familiar, ainda não contam com um marco legal sobre aquisições públicas que confirmem maior sustentabilidade na geração de renda por estes pequenos negócios. Até mesmo as cooperativas são preteridas nos processos de contratação com o Estado, uma vez que o Ministério Público do Trabalho chegou a firmar um “termo de ajuste de conduta” com a Advocacia-Geral da União, pelo qual órgãos da administração pública direta ou indireta da União não mais contratariam cooperativas, o que pode inviabilizar um projeto de cooperativismo para o país, já que grande parte das licitações passou a ser publicada com vedações expressas a cooperativas. Aliado a isso, tem-se o fato de que as associações e os grupos Informais representam 86% dos empreendimentos econômico-solidários no município de Fortaleza, justamente as formas de organização que não estão contempladas por políticas públicas de inserção nas aquisições do poder público.

¹⁶ Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 12/11/2009.

4.2. A Institucionalização no Âmbito do Município de Fortaleza

As primeiras experiências de maior visibilidade do movimento da economia solidária, as quais precedem a sua institucionalização no município de Fortaleza, foram verificadas com a criação do Banco Palmas¹⁷, em 1998, pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCOMP), cuja função principal era, e ainda é, oferecer microcrédito aos moradores do bairro por meio de moeda social. A iniciativa foi tão bem sucedida que logo ganhou apoio de organizações não-governamentais (ONGs) e passou a ser referência de empreendimento econômico-solidário, no Ceará e no Brasil. Atualmente, a ASMOCOMP conta com apoio de diversas entidades e órgãos oficiais, o que lhe possibilitou ampliar as oportunidades de trabalho e renda para os associados, por meio da criação de outros empreendimentos econômico-solidários, como: PalmaFashion, PalmaNatus, Loja Solidária, Feira do Banco Palmas e PalmaLimpe.

A partir da discussão das experiências do Banco Palmas e de outras entidades articuladas pelo Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (SACTES-DED) foi criado em 2000 o Fórum Cearense de Socioeconomia Solidária, que em fevereiro de 2001 passou a ser denominado Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES).

Desde então, a RCSES passou ter papel significativo no processo de institucionalização da economia solidária no Estado e, especialmente, no município de Fortaleza, uma vez que foi criada com a proposta de: estimular e fortalecer práticas solidárias de produção, comercialização e consumo; favorecer as trocas de experiências entre os membros da rede; exercer a articulação com a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). A sua missão é

difundir e fortalecer a cultura da socioeconomia solidária, a partir das bases do movimento social no Ceará, articulada com iniciativas de desenvolvimento integrado e sustentável e na perspectiva de intervir nas políticas públicas (RCSES, 2009).

¹⁷ Disponível em: <http://www.bancopalmas.org.br>. Acesso em: 19/08/2009.

A RCSES é composta por todas¹⁸ as entidades e grupos que apresentam identificação ideológica e prática com os princípios da economia solidária e que fazem parte dos segmentos representantes de grupos econômico-solidários de produção, de comercialização e de consumo e de entidades de apoio e fomento, além de colaboradores e apoiadores do movimento. Quanto à estrutura de funcionamento, está organizada de forma autogestionária, com quatro comissões de trabalho: políticas públicas e finanças solidárias, formação, produção e comercialização. Os integrantes da Rede se reúnem mensalmente em sistema de rodízio entre as entidades representadas. A coordenação é exercida por um grupo de articulação formado por três representações entre as entidades e grupos participantes.

Dentre as principais realizações da RCSES estão: a) organização e apoio ao I Seminário da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, em 2002; b) realização dos Feirões de Socioeconomia Solidária e Agricultura Familiar, a partir de 2001; c) organização da I Plenária Estadual de Economia Solidária; d) encontros de formação/capacitação; e) proposição de políticas públicas, inclusive por meio de participação em audiências públicas e f) implementação do Centro Público de Economia Solidária (em parceria com outros atores locais/nacionais).

Atualmente fazem parte da coordenação da RCSES os grupos: Associação de Mulheres em Ação (AMA/BUDEGAMA), Solidariedade e Arte (Soliarte), Templo da Poesia, Associação de Mulheres DendêSol e as entidades: Rede Visão Mundial, Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza e Instituto Marista de Solidariedade (IMS).

Do ponto de vista da ação do poder público, a iniciativa que marcou o início da institucionalização da economia solidária ocorreu no governo municipal. Em que pese já existirem alguns programas de cunho social com foco na geração de trabalho e renda para a população mais carente no governo anterior, foi a partir de 2005, com a gestão da prefeita Luiziane Lins, do Partido dos Trabalhadores, que a economia solidária passou, efetivamente, a fazer parte da agenda do Município, por

¹⁸ A pesquisa identificou 15 entidades de apoio e fomento e 35 empreendimentos econômico-solidários associados à RCSES.

meio de políticas públicas de fortalecimento do associativismo, do cooperativismo, do artesanato, da inclusão produtiva, da agricultura urbana, do fomento ao microcrédito e do apoio ao trabalho da juventude.

Com o propósito de estruturar regimentalmente o governo municipal para executar políticas públicas de fomento à economia solidária, foi criada a célula de economia solidária, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), com o objetivo de fortalecer e difundir a economia solidária no município de Fortaleza, estimulando e apoiando estratégias de organização e geração de renda com base na cultura da solidariedade econômica. Em outros termos, a missão institucional da célula de economia solidária é

fomentar políticas públicas aplicadas ao fortalecimento e à difusão da economia solidária no município de Fortaleza, estimulando e apoiando estratégias de organização e geração de trabalho e renda, numa perspectiva de desenvolvimento local sustentável (SDE, 2005).

Desde de 2005, a célula de economia solidária vem apoiando práticas de produção, comercialização, consumo e finanças solidárias, beneficiando 1.138 trabalhadores associados a 78 empreendimentos populares solidários, todos vinculados ao programa “Desenvolvimento do Trabalho Comunitário Solidário” e 2.278 produtores ligados ao programa “Desenvolvimento de Feiras Solidárias de Fortaleza”, abrangendo as áreas de artesanato, confecção, utilidades para o lar e decoração, cerâmica, alimentação, entre outras.

Além desses, outros projetos estruturantes no âmbito da economia solidária estão em fase de implantação, a exemplo da Casa de Economia, da Casa Campo-Cidade (em parceria com a Célula de Agricultura Urbana) e da Base de Serviço de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária (parte integrante da política de comercialização do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)).

É importante ressaltar a sinergia entre as várias unidades orgânicas da própria SDE, complementando o esforço da célula de economia solidária para desenvolver e implementar ações de apoio à população menos favorecida

economicamente, como é o caso dos programas: CredJovem Solidário; CredCultura; Agricultura Urbana, com suas hortas e laboratórios; Agência Cidadã de Crédito, que fomenta crédito aos microempreendimentos; e Cozinha Popular, que exerce papel fundamental no debate da segurança alimentar e nutricional.

A transversalidade institucional tem sido outro aspecto importante no desenvolvimento de estratégias para a construção e a promoção da economia solidária no município de Fortaleza. Isso vem ocorrendo por meio de ações dos diversos órgãos e entidades da administração municipal, que implementaram ou estão implementando projetos, programas e outras iniciativas.

QUADRO 1 – Transversalidade institucional da economia solidária na Prefeitura de Fortaleza

Órgão ou Entidade	Iniciativas de Apoio a Economia Solidária
Secretaria Municipal de Ação Social (Semas)	Projeto de Inclusão Produtiva atendendo a 1.500 mulheres por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com formação política, capacitação técnica nos ramos da construção civil, montagem e manutenção de computadores, alimentação e confecção, assessoria técnica e insumo para os grupos produtivos;
Secretaria Municipal de Educação (SME)	Convênio com o MTE/Senaes para a capacitação de Jovens do EJA, por meio da Célula de Ensino;
Secretaria de Finanças do Município (Sefin)	Grupo de Trabalho para a discussão da economia criativa envolvendo várias secretarias;
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano (Semam)	Ações de formação de meio ambiente e geração de renda para os agentes ambientais e sustentabilidade sócio-ambiental;
Secretaria Municipal de Saúde (SMS)	Ações de capacitação e formação por meio dos CAPs e do projeto Círandas da Vida;
Secretaria de Cultura de Fortaleza (Seculfor)	Inclusão como diretrizes nos anais da 1ª Conferência Municipal de Cultura, ações de disseminação da socioeconomia da cultura;
Empresa de Limpeza Urbana (Emlurb)	Capacitação e organização associativas dos recicladores - Jangurussu;
Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci)	Criação do Núcleo de Socioeconomia Solidária (NESOL), desenvolvendo ações de formação, capacitação e organização da produção e comercialização junto aos beneficiados do projeto Família Cidadã e do PETI;
Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres	Em sua II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres garantiu que a economia solidária seja uma diretriz de suas ações e implementou os projetos Mulheres construindo a Economia Solidária e o Mulheres em Ação - construindo cidadania com autonomia econômica para as

	mulheres;
Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude	A economia solidária é incorporada nos conteúdos programáticos do programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, envolvendo mais de 14.000 jovens, além da realização de oficinas e feiras de economia solidária.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de documentação da SDE

A célula de economia solidária da SDE, num esforço para consolidar a política pública de economia solidária, articulou e firmou parcerias com diversos atores históricos do movimento da economia solidária, como por exemplo, Banco Palmas, CDVHS/FUNDESOL, PPDLES, Fundo Cristão, Rede Cáritas, Casas Brasil, Rede Visão Mundial, Santo Dias e Instituto Florestan Fernandes.

Ao longo dos cinco últimos anos, o governo municipal, por meio da célula de economia solidária, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), desenvolveu e implementou diversos projetos e ações de fomento à economia solidária, os quais passa-se a apresentar a seguir:

PROJETO INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS – SERVILAR (INÍCIO EM 2005)

- **Objetivo geral:** proporcionar oportunidades de trabalho aos profissionais autônomos excluídos do mercado de trabalho, promovendo sua inserção sob o modelo cooperativo de produção e prestação de serviços, na perspectiva da autogestão, economia solidária e do desenvolvimento local, criando vida própria para os bairros, minimizando a demanda por transporte e, ao mesmo tempo, ensejar a circulação do dinheiro na própria comunidade, evitando a sua evasão para outros pontos da cidade.
- **Público-alvo:** trabalhadores desempregados, ou com ameaça de perda do emprego, com idade acima de 21 anos.
- **Parceiros:** Associação Técnico-Científica Engenheiro Paulo de Frontin (ASTEF), Incubação de Cooperativas de Autogestão do Ceará da UFC e Fundação de Cultura e Pesquisa do Ceará (FCPC).
- **Orçamento:** referente ao ano de 2005 foram R\$ 63.632,02, sendo R\$ 51.632,02 referentes à constituição de duas cooperativas e R\$ 12.000,00 à implantação do Mercado Solidário, beneficiando 600 cooperados.

- **Metas previstas:** no ano de 2005, apoiar por meio de incubação 5 cooperativas e beneficiar 160 profissionais autônomos.
- **Metas realizadas:** no ano de 2005 foram incubadas 3 cooperativas e 2 implantadas (Cooperativa de Confecção de Artefatos Têxteis Passo Firme Ltda. – Coopfirme e o “Mercado das Marias”), além do apoio à implantação do Mercado Solidário, beneficiando, diretamente, 90 profissionais autônomos e 405 indiretamente.
- **Resultados:** foram implantadas duas cooperativas, quais sejam, Cooperativa de Confecção de Artefatos Têxteis Passo Firme Ltda. – Coopfirme (R\$ 25.816,01) e o Mercado das Marias (R\$ 25.816,01); foi realizado também o apoio à implantação do Mercado Solidário (R\$ 12.000,00), este sob a responsabilidade da Incubadora de Cooperativas de Autogestão do Ceará, vinculada à Universidade Federal do Ceará (UFC). Os valores dos desembolsos correspondem a 100% da meta de investimento.

PROJETO FEIRA PASSEANDO COM ARTE (INÍCIO EM 2005)

- **Objetivo geral:** contribuir para a promoção cultural, artística e comercial de Fortaleza, para ampliar e fortalecer as opções de comercialização e consumo do artesanato local.
- **Público-alvo:** artesãos, com idade acima de 18 anos, residentes no município de Fortaleza.
- **Parceiros:** Instituto de Revitalização de Trabalho (IRT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Secretaria Executiva Regional II.
- **Orçamento:** R\$ 42.936,00 para 2005. Em 2006, houve acréscimo de R\$ 97.000,00 (R\$ 67.000,00 da PMF e R\$ 30.000,00 do BNB). Em 2007, foram acrescidos R\$ 16.750,00, totalizando R\$ 113.750,00. Desse montante, R\$ 28.500,00 liberados naquele ano. Em 2008 foram liberados R\$ 30.000,00 da meta de 2006.
- **Metas previstas:** realizar 30 feiras e beneficiar 175 artesãos em 2005. Nos anos de 2006, 2007 e 2008 realizar 44 feiras e beneficiar 200 artesãos locais, em cada ano.

- **Metas realizadas:** em 2005, foram realizadas dez feiras e beneficiados 250 artesãos locais. Em 2006, foram realizadas 22 feiras e beneficiados 200 artesãos locais. Em 2007, foram realizadas 16 feiras e beneficiados 200 artesãos locais. Em 2008, foram realizadas oito feiras e beneficiados 200 artesãos locais.
- **Resultados:** o projeto encontra-se paralisado, há oito meses, aguardando recursos da SEFIN. O projeto sofre também impasse na liberação das praças por parte da Regional II. Os valores dos desembolsos correspondem a 51,42% da meta de investimento.

FEIRÃO ESTADUAL DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA, REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DE CEARÁ (INÍCIO EM 2005)

- **Objetivo geral:** proporcionar um espaço para a comercialização direta dos produtos da economia solidária e da agricultura familiar e agroecologia, fundamentados no comércio justo e consumo consciente; concretizar uma grande experiência de feira autogestionária; criar um espaço de informação, formação e debates em torno da proposta de economia solidária.
- **Público-alvo:** agricultores familiares e grupos produtivos solidários de meio urbano.
- **Parceiros:** Cearah Periferia - 2005; Grupo de Apoio às Comunidades Carentes (GACC) – 2006 e Comunidade em Movimento da Grande Fortaleza (COMOV) – 2007.
- **Orçamento:** ano de 2005, R\$ 15.000,00; ano de 2006, R\$ 54.975,64; ano de 2007, R\$ 30.000,00; ano de 2008, não foi feita a previsão.
- **Metas previstas:** ano de 2005, beneficiar no III Feirão 150 produtores em agricultura familiar e grupos produtivos; ano de 2006, beneficiar no IV Feirão 250 produtores em agricultura familiar e grupos produtivos; ano de 2007, beneficiar no V Feirão 300 produtores em agricultura familiar e grupos produtivos; ano de 2008, beneficiar no VI Feirão 250 produtores em agricultura familiar e grupos produtivos.
- **Metas realizadas:** ano de 2005, foram beneficiados no III Feirão 150 produtores em agricultura familiar e grupos produtivos; ano de 2006, foram beneficiados no IV Feirão 250 produtores em agricultura familiar e grupos produtivos; ano de

2007, foram beneficiados no V Feirão 300 produtores em agricultura familiar e grupos produtivos; ano de 2008, o projeto continuava em fase de execução.

- **Resultados:** foram realizados três feirões (III, IV e V) no período de 2005 a 2007; os valores dos desembolsos correspondem a 100% da meta de investimento.

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (INÍCIO EM 2005)

- **Objetivo geral:** promover a articulação do movimento da socioeconomia solidária do Estado do Ceará, com as experiências que se efetuam em nível nacional, latino-americano e internacional.
- **Público-alvo:** agricultores familiares; grupos de economia solidária; gestores públicos; conselhos populares e de políticas públicas; movimentos sociais; entidades de apoio e assessoria; pesquisadores e estudiosos sobre a temática.
- **Parceiros:** Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador - CETRA.
- **Orçamento:** ano de 2005, R\$ 50.000,00.
- **Metas previstas:** participação de 150 pessoas no evento.
- **Metas realizadas:** participaram 700 pessoas no evento.
- **Resultados:** realizado em Fortaleza com público de 700 pessoas; os valores dos desembolsos correspondem a 100% da meta de investimento

PROJETO COOPERATIVAS DE CONFECÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS PASSO FIRME LTDA – COOPFIRME (INÍCIO EM 2006)

- **Objetivo geral:** unir, voluntariamente, o grupo Passo Firme, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio da criação de uma sociedade democrática e coletiva, baseando-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação, acreditando nos valores éticos de honestidade, responsabilidade social e preocupação com seu semelhante, para o desenvolvimento do ser humano, das famílias e da comunidade.
- **Público-alvo:** mulheres produtoras de confecção e artefatos têxteis.

- **Parceiros:** Secretaria Executiva Regional V (SER V); Incubadora de Cooperativas Autogestionárias do Ceará/UFC, Associação de Mulheres Passo Firme e Centro Dom Helder Câmara.
- **Orçamento:** R\$ 25.816,01 referentes ao ano de 2006.
- **Metas previstas:** no ano de 2006, constituir uma cooperativa, beneficiando, diretamente, 26 mulheres produtoras de confecção e artefatos têxteis.
- **Metas realizadas:** A cooperativa foi implantada com 21 mulheres produtoras.
- **Resultados:** a cooperativa encontra-se em pleno funcionamento; a Coopfirme foi inserida no projeto Passeando com Arte e Mercado Solidário, objetivando o escoamento da produção, como também incorporada a Rede de Confecção Estrela de Iracema; houve ação de assessoria na produção, gestão e design, confecção de catálogo, plano de negócio e qualificação na área de informática das cooperadas; houve participação na Casa Cor 2007; os valores dos desembolsos correspondem a 100 % da meta de investimento.

PROJETO MERCADO DAS MARIAS – COOPERATIVA ARTE NOSSA (INÍCIO EM 2006)

- **Objetivo geral:** gerar oportunidade de trabalho e renda e de desenvolvimento de novos empreendimentos produtivos, a partir da disponibilização de espaço para comércio no Mercado Público Municipal “Mercado das Marias”.
- **Público-alvo:** mulheres produtoras de artesanato, alimentação e confecção.
- **Parceiros:** Secretaria Executiva Regional I (SER I); Coordenadoria de Promoção de Políticas para as Mulheres, do Gabinete da Prefeita, e Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão na UFC.
- **Orçamento:** R\$ 25.816,01, referente ao ano de 2006.
- **Metas previstas:** beneficiar, diretamente, 60 mulheres com a constituição de uma cooperativa, no ano de 2006.
- **Metas realizadas:** no ano de 2006 houve a constituição de uma cooperativa; foram beneficiadas, diretamente, 24 mulheres.
- **Resultados:** foi constituída uma cooperativa contando com a participação das mulheres empreendedoras escolhidas para trabalhar no Mercado; o prédio, onde funcionará o Mercado das Marias, está sendo adaptado com financiamento da

Secretaria Executiva Regional I, localizado no bairro Jacarecanga, na referida Regional; o projeto foi incorporado à Rede Estrela de Iracema; os valores dos desembolsos correspondem a 100% da meta de investimento

PROJETO TRABALHO COMUNITÁRIO SOLIDÁRIO (INÍCIO EM 2006)

- **Objetivo geral:** gerar oportunidades de trabalho e renda para segmentos populacionais com dificuldades de inserção no mercado de trabalho de Fortaleza, operando estratégias de ação territorial criadoras de atividades produtivas solidárias, focadas nas comunidades e suas experiências transformadoras, sob as várias dimensões do desenvolvimento sustentável.
- **Público-alvo:** grupos populares solidários, ligados às pequenas unidades produtivas locais, agroindústria familiar, prestação de serviços populares e consumo sustentável e produção ecológica, localizadas nas Regionais.
- **Parceiros:** Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária; Cáritas Brasileira Regional Ceará / Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza e Associação Civil Alternativa Terrazul.
- **Orçamento:** R\$ 700.000,00 referentes a 2006, dos quais foram liberados R\$ 149.538,00 no ano de 2007, R\$ 325.408,00 no ano de 2008 e R\$ 119.322,00 no ano de 2009 (R\$ 76.020,00 para a Cáritas, R\$ 35.040,00 para o Banco Palmas e R\$ 8.262,00 para a Terrazul), perfazendo um montante de R\$ 594.268,00.
- **Metas previstas:** no ano de 2006 foram definidas como metas: beneficiar 1.020 trabalhadores e trabalhadoras, com ações de geração de trabalho e renda, consumo sustentável e moeda social; preparar 600 pessoas para o trabalho comunitário solidário, por meio de processos de incubação de empreendimentos; elaborar 60 projetos de trabalho; preparar 420 profissionais para o consumo sustentável; organizar 3 espaços de comercialização; realizar 16 feiras solidárias, mensalmente, nas 6 Secretarias Executivas Regionais (SERs)
- **Metas realizadas:** no ano de 2006 não houve realização, pois os recursos não foram liberados. Em 2007 também não houve realização, devido a primeira parcela ter sido liberada somente em novembro. Em 2008 realizou o que segue: foram capacitados 250 trabalhadores, participantes de 56 grupos produtivos em 11 turmas de Formação em Gestão de Empreendimentos Solidários e

Elaboração dos Planos de Negócios; 1 Banco Comunitário implantado RIOSOL de Desenvolvimento Territorial, com a criação da moeda social denominada Rios; Concedeu-se crédito a 5 grupos produtivos, totalizando R\$ 4.300,00; foram atendidas com empréstimos produtivos 18 pessoas, no total de R\$ 5.150,00; 31 pessoas foram beneficiadas com crédito pelo consumo em moeda social no valor de R\$ 2.682,00; o volume da moeda social para empréstimo é de R\$ 500,00/mensal; até o momento, o banco RIOSOL disponibilizou 1.000 rios de moeda social circulando na comunidade; 2 oficinas de Direito do Consumidor foram realizadas, atendendo a 5 comunidades; 1 oficina de Consumo Sustentável foi realizada em 9 comunidades; 1 oficina de Biomapa foi realizada atendendo a 3 comunidades.

- **Resultados:** o projeto foi conveniado em outubro de 2006 e implantado em outubro de 2007, tendo como foco trabalhar grupos populares solidários. Esse Projeto tem três áreas de atuação, a saber: organização da produção – assessoria para a organização de núcleos produtivos bem como para o processo de produção e gestão; formação para o consumo – capacitação e organização de núcleos de consumidores e finanças solidárias – criação de um sistema de financiamento e comercialização solidária (banco comunitário). Os valores dos desembolsos correspondem a 67,84% da meta de investimento. As parcerias com a Cáritas e a Terrazul foram encerradas em 2009. A parceria com o Banco Palmas continua em 2010 com a reimplantação do banco comunitário RIOSOL.

FEIRA SOLIDÁRIA... UMA OUTRA ECONOMIA ACONTECE! (INÍCIO EM 2006)

- **Objetivo geral:** proporcionar aos pequenos produtores de Fortaleza estruturas satisfatórias, que lhes garantam maior organização para mostrar seus produtos, crescer em suas potencialidades e expandir seus negócios, de um jeito novo de fazer economia, baseada na produção, consumo e venda mais justa e ecologicamente correta.
- **Público-alvo:** produtores, acima de 18 anos vinculados à Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES), com vendas de produtos de confecção, artesanato e alimentação.
- **Parceiros:** Associação Santo Dias, como parceiro direto. Parceiros indiretos: Cooperativa Solidária do Parque Santa Maria (COOPSOL); Grupo Produtivo da

Santa Filomena (AMA); Associação de Mulheres em Ação do Conjunto Esperança; Cooperativa de Confecção de Artefatos Têxteis Passo Firme do Genibaú (COOPFIRME); Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCOMP); Grupo de Mulheres Celtas do Jardim São Paulo – Parque Água Fria; Grupo de Mulheres do Dendê – Edson Queiroz; Espaço de Comercialização Solidária (CRIASOL) – Santa Filomena; CULINART do bairro Planalto Airton Sena; Grupo de Mulheres Produtoras do Planalto Pici; Centro Artesanal São Vicente de Paula, do Cristo Redentor; Associação Criança Feliz do bairro Jardim Iracema; Associação Sonho Infantil do Álvaro Weyne; Projeto Familiar do Jardim São Paulo do bairro Jardim São Paulo (PROFAJASP); Associação das Produtoras do Antônio Bezerra (APROAB); Grupo Retalhos de Mulher do Jardim União (BONJART) do bairro Canindezinho; Grupo Produtivo do Lagamar; Grupo Produtivo do Paupina; Confeccionando Arte e Solidariedade (SOLIART) da Granja Portugal; Linear Certa da Granja Lisboa; Grupo Produtivo do Conjunto dos Bandeirantes; Grupo de Mulheres Produtoras das Goiabeiras e Associação Comunitária Boa Esperança da Barra do Ceará.

- **Orçamento:** R\$ 199.983,35 em 2006, dos quais R\$ 147.471,00 foram liberados no mesmo ano, R\$ 26.256,00 liberados em 2007 e R\$ 26.256,35 em 2008.
- **Metas previstas:** beneficiar 350 produtores com a realização de 44 feiras anuais, 18 oficinas temáticas, 2 seminários de socialização dos resultados, 1 encontro de planejamento e 1 feira municipal no final do projeto, nos anos de 2006, 2007 e 2008.
- **Metas realizadas:** no ano de 2006 foram realizadas 44 feiras, beneficiando 400 pessoas, 18 oficinas temáticas e de intercâmbio, 2 seminários de socialização dos resultados e 1 feira envolvendo todos os beneficiados (incorporados ao Feirão Estadual de Socioeconomia Solidária 2006). Em 2007, foram realizadas 198 feiras locais, beneficiando 350 produtores; Participação no Feirão Estadual, com 150 produtores. No ano de 2008, as informações sobre as metas realizadas não foram disponibilizadas por parte da instituição parceira.
- **Resultados:** o projeto encontra-se em fase de conclusão e aferição de resultados, visando avaliar a possibilidade de continuidade. O vencimento final expirou em 15/08/2008. Recentemente, a equipe técnica do projeto assumiu tarefas em outros projetos, estando, portanto, com dificuldades de manter o fluxo de informações sobre o processo final. Estas, no entanto, foram repassadas ao

Supervisor de Emprego e Renda. Os valores dos desembolsos correspondem a 100% da meta de investimento.

PROJETO FAZER SOLIDÁRIO (INÍCIO EM 2006)

- **Objetivo geral:** promover a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento local, fortalecendo e constituindo grupos de empreendimentos autogestionários e solidários, com qualificação, organização da produção e comercialização.
- **Público-alvo:** grupos produtivos de artesanato, confecção, serigrafia, alimentação e farmácia viva.
- **Parceiros:** Secretarias Executivas das Regionais - III e VI e Grupo de Apoio às Comunidades Carentes (GACC).
- **Orçamento:** R\$ 50.000,00 referentes a 2006.
- **Metas previstas:** constituir 10 grupos produtivos solidários, gerando 100 ocupações, no ano de 2006.
- **Metas realizadas:** encontram-se constituídos 8 grupos produtivos solidários, com 98 pessoas beneficiadas.
- **Resultados:** capacitação das beneficiadas nas áreas de produção e design; implantação de 2 lojas solidárias distribuídas nos bairros Jardim União e Antônio Bezerra para a comercialização dos produtos oriundos das produtoras beneficiadas; o projeto foi encerrado em 4/12/2007, aguardando a prestação de contas; os valores dos desembolsos correspondem a 100% da meta de investimento.

PESQUISA DE APOIO À CADEIA PRODUTIVA DA CONFECÇÃO (INÍCIO EM 2006)

- **Objetivo geral:** Promover o desenvolvimento da qualidade de vida, da geração de emprego e renda da população dos bairros de Fortaleza, por meio do projeto de Produção e Comercialização Solidária, com ações de gestão e organização da cadeia produtiva nas seis Regionais, implantação da Central de Distribuição e Comercialização e a Feira de Arte e Cultura Regional.
- **Público-alvo:** Grupos produtivos do segmento da confecção.

- **Parceiros:** Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT).
- **Orçamento:** R\$ 7.980,00 referentes a 2006.
- **Metas previstas:** realizar uma pesquisa com 217 produtores.
- **Metas realizadas:** a pesquisa foi realizada com 217 produtores.
- **Resultados:** realizada a pesquisa do perfil dos produtores da cadeia produtiva da confecção; o projeto foi encerrado em março de 2006; os valores dos desembolsos correspondem a 100 % da meta de investimento.

CONFECCIONANDO ARTE E SOLIDARIEDADE – SOLIART (INÍCIO EM 2006)

- **Objetivo geral:** manter e ampliar os processos de organização e gestão da cadeia produtiva da confecção e do artesanato, por meio de programas de capacitação tecnológica, gerencial e comercial, com estratégia de estimular a capacidade de produção e melhoria dos produtos.
- **Público-alvo:** mulheres produtoras nas áreas da confecção e do artesanato.
- **Parceiros:** Secretaria Executiva Regional V (SER V) e Organização Granja Portugal Solidária (SOLIDU).
- **Orçamento:** R\$ 64.763,40 referentes a 2006.
- **Metas previstas:** beneficiar 34 mulheres da cadeia produtiva da confecção e artesanato, no ano de 2006.
- **Metas realizadas:** Foram beneficiadas 34 mulheres da cadeia produtiva da confecção e artesanato.
- **Resultados:** o projeto foi encerrado em agosto de 2007, porém, ainda aguarda a prestação de contas; os valores dos desembolsos correspondem a 100% da meta de investimento.

FEIRA SOLIDÁRIA EM MOVIMENTO (INÍCIO EM 2006)

- **Objetivo geral:** desenvolver, ampliar e consolidar as feiras do Empreendedor Solidário e Desenvolvimento Local Solidário, para fortalecer a organização dos pequenos e microempreendedores; gerar oportunidade de produção, comercialização, ocupação e renda, articulando as diversas organizações e

grupos culturais nos fundamentos da economia solidária, na perspectiva do desenvolvimento local.

- **Público-alvo:** micros e pequenos empreendedores das áreas de confecção, artesanato e alimentação.
- **Parceiros:** Comunidade em Movimento da Grande Fortaleza (COMOV).
- **Orçamento:** R\$ 60.000,00.
- **Metas previstas:** realizar 48 feiras, sendo 24 feiras no bairro da Serrinha e 24 feiras no bairro Granja Lisboa; beneficiar 180 produtores na comercialização de seus produtos.
- **Metas realizadas:** foram realizadas 48 feiras e beneficiados 180 produtores na comercialização de seus produtos.
- **Resultados:** o projeto foi encerrado em dezembro de 2007 e está aguardando a prestação de contas; os valores dos desembolsos correspondem a 100% da meta de investimento.

PROJETO CASA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (INÍCIO EM 2006)

- **Objetivo geral:** o projeto Casa da Economia Solidária de Fortaleza visa o fortalecimento econômico e social das cooperativas, associações, feiras, lojas, centrais e grupos produtivos e grupos diversos de trabalhadores que integram a economia solidária em Fortaleza.
- **Público-alvo:** grupos de produtores solidários de Fortaleza.
- **Parceiros:** Secretaria Executiva Regional II; Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infra-estrutura (SEINF); Secretária Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos (SEMAM); Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- **Orçamento:** ano de 2006, R\$ 275.000,00, sendo R\$ 25.000,00 da SDE e R\$ 250.000,00 solicitados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Não houve desembolso. Ano de 2008, valor estabelecido para o ano de 2006.
- **Metas previstas:** ano de 2006, implantar uma casa da economia solidária; beneficiar 1.000 produtores, gerando trabalho e incremento da renda familiar;

ampliar canais de comercialização, aumentar o volume de vendas dos empreendimentos envolvidos e integrados, com estratégias conjuntas numa rede de comércio e consumo solidário; ano de 2008, continuam as metas definidas do ano de 2006.

- **Metas realizadas:** nos anos de 2006 e 2007 não houve implantação do projeto. No ano de 2008, o projeto continuava em fase de implantação.
- **Resultados:** projeto submetido à apreciação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Definido o local de instalação da Casa, o processo de desapropriação do imóvel, situado no bairro do Mucuripe, está em andamento. Os recursos já se encontram empenhados. Enviado ao MDS com reformulações solicitadas; aguardando o parecer final do ministério e posterior liberação dos recursos, uma vez que já estão empenhados. Até o momento, os valores dos desembolsos correspondem a 0% da meta de investimento. O recurso foi liberado em julho/2010, a célula de economia solidária aguarda o envio da documentação do MDS (convênio publicado e os respectivos aditivos). A Célula de Ecosol iniciou o processo licitatório para aquisição dos equipamentos da Casa.

LAVANDERIAS PÚBLICAS (INÍCIO EM 2007)

- **Objetivo geral:** fortalecer o desenvolvimento de iniciativas que ampliem a autonomia socioeconômica das mulheres e a sua participação no mercado de trabalho, ampliando as oportunidades de acesso ao trabalho remunerado, com perspectiva de sustentabilidade própria, ampliação do público-alvo envolvido e alteração das relações de desigualdades sociais.
- **Público-alvo:** mulheres lavadeiras e portadoras de deficiência que residem na cidade de Fortaleza.
- **Parceiros:** Secretarias Executivas Regionais (SERs) / Distrito de Assistência Social; Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI); Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos (SEMAM); Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Vigilância Sanitária e Coordenadoria de Mulheres.
- **Orçamento:** no ano de 2007, R\$ 70.000,00.

- **Metas previstas:** no ano de 2007, beneficiar 200 lavadeiras, em 7 (sete) lavanderias públicas, situadas nas SERs I, II, III e IV.
- **Metas realizadas:** no ano de 2007, continuava aguardando para ser efetivado após a implantação do projeto.
- **Resultados:** projeto em fase de implantação; foi realizado o cadastro das lavadeiras; foi realizado um seminário, abordando o tema Lavanderias Públicas no Município – Cenário Atual; reuniões com os parceiros para o desenvolvimento do projeto; o projeto disponibiliza 10% das vagas para mulheres portadoras de deficiência; está paralisado por falta de recursos. Até o momento, os valores dos desembolsos correspondem a 0% da meta de investimento.

APOIO A EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS (INÍCIO EM 2008)

- **Objetivo geral:** formar e fortalecer os grupos solidários com práticas inovadoras, melhorando a renda familiar, como também promover a geração de trabalho e renda, com apoio técnico-financeiro e gerencial no desenvolvimento de empreendimentos produtivos de confecção, com base na economia popular e solidária.
- **Público-alvo:** grupos solidários existentes nos bairros Jardim União, Conjunto Palmeiras e Parque Santana.
- **Parceiros:** Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB); Grupo de Apoio Às Comunidades Carentes (GACC).
- **Orçamento:** no ano de 2008 foram R\$ 71.510,00, sendo R\$ 65.000,00 provenientes do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), por meio de repasse do BNB e R\$ 6.510,00 de responsabilidade do GACC.
- **Metas previstas:** no ano de 2008, beneficiar 70 pessoas; adquirir 11 máquinas de costura; realizar um curso de corte e costura para 45 mulheres; realizar um curso de serviços técnicos tecnológicos para 10 mulheres; formar uma rede produtiva do setor de confecção local, com 80 participantes; realizar uma feira de comercialização, beneficiando 56 pessoas; preparar 56 pessoas para o mercado de trabalho e renda; realizar um curso em desenvolvimento, gestão e design, beneficiando 18 mulheres.

- **Metas realizadas:** no ano de 2008, foram beneficiadas 70 pessoas; estão sendo ministrados 3 cursos (2 de corte e costura e 1 de design) para as beneficiárias do Projeto.
- **Resultados:** projeto em execução; os valores dos desembolsos correspondem a 61,53% da meta de investimento

APOIO A PROJETOS PRODUTIVOS E SOLIDÁRIOS (INÍCIO EM 2008)

- **Objetivo geral:** criar condições de geração e renda para jovens e adultos da comunidade do Lagamar e adjacências, apresentando-se como uma ação concreta na promoção da inclusão social e na construção da cidadania, tendo como foco a formação em economia solidária.
- **Público-alvo:** jovens e adultos da comunidade do Lagamar e adjacências.
- **Parceiros:** Secretaria Executiva Regional VI, Governo do Estado do Ceará/Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), Fundação Marcos de Bruim e Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária.
- **Orçamento:** para o ano de 2008, R\$ 88.000,00, sendo R\$ 80.000,00 com repasse da Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), por meio de emenda parlamentar e R\$ 8.000,00 de contrapartida da PMF.
- **Metas previstas:** no ano de 2008, beneficiar 110 pessoas; realizar 3 oficinas de requalificação profissional; ministrar 60 cursos de qualificação em gestão de empreendimentos; realizar 3 seminários de formação em economia solidária (histórico, princípios e métodos); criar uma cartilha de economia solidária; realizar 2 feiras solidárias; fortalecer uma Loja Show Room Solidária com sistema de segurança, atendimento ao cliente e serviço de manutenção; capacitar 10 jovens no Conjunto Palmeiras para a prestação de serviços à comunidade.
- **Metas realizadas:** no ano de 2008, o projeto encontrava-se em fase de implantação.
- **Resultados:** projeto em fase de implantação; até o momento, os valores dos desembolsos correspondem a 0% da meta de investimento; o projeto foi executado em parte pelas entidades parceiras, visto que o tempo de execução previsto no plano de trabalho não foi suficiente para a implementação das ações.

Em face disso, a SDE solicitou ao Governo do Estado prorrogação do convênio, porém, a solicitação foi negada.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS BASES DE SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO (INÍCIO EM 2008)

- **Objetivo geral:** estruturar uma base de serviços de comercialização no município de Fortaleza, através da transferência de recursos financeiros da União para a aquisição de veículos, equipamentos e móveis.
- **Público-alvo:** agricultores, artesãos e pescadores.
- **Parceiros:** Secretarias Executivas Regionais; Caixa Econômica Federal (CEF); Instituto de Revitalização para o Trabalho (IRT); Secretaria de Desenvolvimento Agrário (MDA).
- **Orçamento:** para o ano de 2008, R\$ 95.000,00, sendo R\$ 85.500,00 de repasse da União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), representado pela Caixa Econômica Federal (CEF) e R\$ 9.500,00 como recursos da PMF.
- **Metas previstas:** ano de 2008, estruturar uma Base de Serviço de Comercialização (BSC), beneficiando 1.100 pessoas.
- **Metas realizadas:** ano de 2008, o projeto encontrava-se em licitação.
- **Resultados:** projeto em processo de licitação; os valores dos desembolsos correspondem a 0% da meta de investimento; em junho de 2009 foi realizada a licitação, que foi parcialmente deserta, sendo necessário a preparação de um novo processo que tramita na secretaria.

PROJETO TRABALHO COMUNITÁRIO SOLIDÁRIO – INCUBAÇÃO / CAPACITAÇÃO (INÍCIO EM 2009)

- **Objetivo geral:** desenvolver de forma integral a formação e a capacitação dos trabalhadores de economia solidária e técnicos como agentes de desenvolvimento, difundindo metodologias de trabalho, de finanças e consumo solidário no município de Fortaleza.

- **Público-alvo:** produtores da economia solidária do município de Fortaleza, ligados às pequenas unidades de transformação produtiva local, produção e comercialização e finanças solidária e familiares destes trabalhadores e consumidores em geral.
- **Parceiros:** Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE e Associação Civil Alternativa Terrazul.
- **Orçamento:** ano de 2010, R\$ 162.480,00; destes, já foram liberados, em 2010, R\$ 121.170,00, restando R\$ 41.310,00.
- **Metas previstas:** no ano 2009, 300 trabalhadores sensibilizados e capacitados; 200 trabalhadores de 40 empreendimentos em fase de pré-incubação; 100 trabalhadores de 10 empreendimentos executando planos de negócio articulados em rede de colaboração solidária.
- **Metas realizadas:** no ano de 2009, o projeto encontrava-se em fase de implantação. No início de 2010, foi organizado um Comitê Gestor de Comercialização, formado por 9 grupos pertencentes à Rede Estrela de Iracema, para tratar da implantação da loja de economia solidária, no Centro de Referência do Professor. Semanalmente, o grupo se encontra para tratar da organização e gestão da loja. O projeto realizou a oficina de capacitação em economia solidária e o seminário de avaliação, encerrando a fase da capacitação, beneficiando 17 grupos produtivos e atendendo a demandas do orçamento participativo, perfazendo um total de 220 pessoas capacitadas. Temáticas da capacitação: socioeconomia solidária; finanças solidárias; comércio justo e solidário; redes de colaboração e comercialização; gênero e divisão sexual no trabalho. Estão sendo realizados pela equipe técnica, o desenvolvimento, o design e a formação do preço dos produtos dos grupos da Rede Estrela e demais participantes. A célula de economia solidária contratou o Instituto para o Desenvolvimento Sustentável (INDS) para desenvolver a consultoria, acompanhamento e implantação da loja, contemplando a curadoria dos produtos para a loja da Ecosol. Produtos a serem comercializados: moda infantil, copa/cozinha, higiene/beleza, cama/mesa/banho, casa/ decoração, moda feminina, moda masculina, bijouteria, kits para escritório e orgânicos/naturais.
- **Resultados:** está sendo criada uma gestão de marketing da loja para tratar de site, tags, embalagens, etiquetas, folder institucional, placa visual e o catálogo

dos produtos; assessoria de acompanhamento aos grupos com as atividades de capacitação, pré-diagnóstico e comercialização dos produtos, realizada uma vez por mês; em outubro se encerra a vigência do projeto, mas a célula de economia solidária vai solicitar prorrogação para finalizar as ações e executar a última parcela do recurso; para dar continuidade às ações do projeto a célula de economia solidária está firmando parceria com o Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica (CPQT), com recurso no valor de R\$ 267.000,00.

Mais recentemente, o governo municipal sancionou a Lei nº 9.622, de 28 de janeiro de 2010, que institui a política municipal de fomento à economia solidária em Fortaleza, como instrumento da Política de Desenvolvimento Econômico e Social do Município.

O processo de construção da política se iniciou com uma audiência pública na Câmara Municipal, em maio de 2009, com mais de 300 participantes, entre autoridades do governo municipal, representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária, políticos, além de centenas de produtores locais. A partir dessa audiência, foi criado um grupo de trabalho para elaborar o Projeto de Lei que criava o marco legal da economia solidária de Fortaleza. Foram realizadas várias reuniões com representantes da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária e da Prefeitura de Fortaleza. No mês de agosto de 2009 o projeto foi apresentado em um seminário e encaminhado à Câmara Municipal pelo Vereador Ronivaldo Maia. O projeto foi aprovado no dia 22 de dezembro de 2009 e sancionado em 5 de fevereiro de 2010.

A Lei nº 9.622, de 28 de janeiro de 2010, estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e a composição da política pública de fomento à economia solidária com vistas à formulação das políticas, programas, projetos e ações de fortalecimento do trabalho associado, com a participação da sociedade civil organizada.

O referido texto legal conceitua a economia solidária como sendo

[...] toda forma de organizar a produção de bens e de serviços, a distribuição, o consumo responsável e o crédito, que tenham por base os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, visando à gestão

democrática, à distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, ao desenvolvimento local integrado e sustentável, ao respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, à valorização do ser humano e ao estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

Com base nesse conceito, a Lei Municipal trata de estabelecer características e princípios norteadores para que grupos ou organizações possam ser considerados empreendimentos econômico-solidários. Ela define, ainda, como prioridade, a formação de redes de colaboração entre grupos de consumidores conscientes, produtores e prestadores de serviços na perspectiva do mercado justo e solidário.

A Política Municipal de fomento à economia solidária se apresenta como estratégia de desenvolvimento sustentável, democrático e incluyente para o alcance de objetivos relacionados à: dignidade; organização e participação social; distribuição de riquezas e melhoria na qualidade de vida; equidade de gênero, de raça, de etnia e de geração; acesso aos fundos públicos e outros instrumentos de fomento; intersetorialidade das políticas públicas de fomento à economia solidária; consumo consciente e o comércio justo e solidário; desenvolvimento territorial sustentável; acesso aos meios de comunicação; finanças solidárias e formação e educação em economia solidária. Para a consecução desses objetivos, a Lei estabeleceu no

Art. 6º - São instrumentos da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária:

I - Educação, formação e capacitação técnica para atuação na economia solidária;

II - Assessoria Técnica para elaboração de projetos econômicos;

III - Apoio à promoção comercial, na perspectiva do comércio justo, e constituição de demandas através de Assessoria Técnica, abertura de mercados solidários, compras governamentais e estímulo ao consumo consciente dos produtos;

IV - Apoio à pesquisa, à inovação, ao desenvolvimento e à transferência de tecnologias apropriadas aos empreendimentos;

V - Incubação e apoio técnico para criação de novos empreendimentos econômicos e solidários;

VI - Apoio técnico e financeiro à recuperação e à reativação de empresas por trabalhadores da economia solidária;

VII - Apoio jurídico e institucional à constituição de empreendimentos solidários;

VIII - Financiamento, incentivos e fomento a investimentos e à constituição de patrimônio;

IX - Disponibilização de linhas de crédito adequadas às especificações dos empreendimentos econômicos e solidários, especialmente no que se refere ao valor das taxas de juros, subsídios, prazo de carência, disponibilização de garantias a itens financiáveis;

X - Cedência, sob a forma de comodato, de imóveis, de máquinas, equipamentos e acessórios integrantes do patrimônio do município.

Cabe, ainda, destacar a prioridade prevista no artigo 8º em que a Lei estabeleceu para a obtenção de incentivos ao investimento, fixação de atividades econômicas e de formação pelos empreendimentos e entidades de apoio e fomento da economia solidária. No entanto, o parágrafo único do mesmo dispositivo remete a leis, que deverão ser instituídas, a especificação de como será estabelecida a esta priorização.

Em que pese a importância de se instituir a política de fomento à economia solidária, algumas considerações se fazem necessárias. O marco legal traz orientações e estabelece a conformação das políticas públicas para a economia solidária que vinham sendo desenvolvidas pelo Município por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. No entanto, peca por deixar de fora dois institutos importantes para consolidação da economia solidária: o Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Economia Solidária.

Independentemente de ter caráter somente consultivo ou também deliberativo, o Conselho Municipal de Economia Solidária teria a função de zelar pela implementação e cumprimento da Lei, encaminhar proposições ao governo municipal, acompanhar e avaliar as ações da política pública, representar os empreendimentos econômico-solidários e entidades de apoio e fomento, enfim, viabilizar a interlocução entre o poder público e a sociedade civil para o desenvolvimento da economia solidária. Por sua vez, o Fundo Municipal de Economia Solidária teria a função de captar recursos públicos ou privados por meio de convênios, parcerias, dotações orçamentárias, transferências ou outras fontes, de modo a viabilizar o financiamento de programas, projetos e ações de fomento a

economia solidária.

5. A PESQUISA COM OS ATORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Conforme mencionado na metodologia, a coleta de dados abrangeu os atores da economia solidária e se deu com a aplicação de questionário com perguntas combinadas, tendo como informantes: o gestor da célula de economia solidária da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do município de Fortaleza, a coordenação da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES) e representantes de empreendimentos econômico-solidários. Os três questionários abordam os mesmos temas: institucionalização, participação, marco regulatório, articulação, comercialização, avanços e limitações da ação pública, entre outros. No entanto, privilegiaram-se as questões abertas nos questionários respondidos pelo gestor público e pela coordenação da RCSES.

Tendo em vista que o propósito foi avaliar os avanços e limitações das políticas públicas de fomento à economia solidária implementadas no município de Fortaleza, por meio da célula de economia solidária da SDE e investigar como tais políticas são compreendidas pelos principais atores do movimento econômico-solidário, a análise de cada uma das questões considerou as respostas dos três grupos de informantes.

A questão inicial levantada tratou de identificar se existe e de que forma ocorre a divulgação da missão institucional, responsabilidades e atribuições da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) relacionadas à economia solidária. O propósito aqui foi verificar se a estrutura regimental era de conhecimento dos principais interessados na política pública. O gestor da célula de economia solidária avalia que a SDE é referência em desenvolver e fortalecer políticas públicas voltadas à economia solidária no Município. Para isso,

a divulgação da ação pública do governo municipal ocorre por meio da participação em fóruns (inclusive o Fórum Social Mundial), conferências, seminários, feirões e oficinas de capacitação com pessoas que demandam projetos por intermédio das Secretarias Executivas Regionais, dos Orçamentos Participativos e da Rede Cearense de Economia Solidária (Gestor Público, SDE).

Por sua vez, para quase dois terços dos representantes de

empreendimentos econômico-solidários a divulgação da missão institucional, responsabilidades e atribuições da SDE relacionadas à economia solidária é considerada adequada ou ampla; enquanto que para aproximadamente um terço quase não há divulgação.

Do ponto de vista da coordenação da RCSES, a estrutura regimental da SDE responsável pela execução das políticas públicas de fomento à economia solidária é conhecida, mesmo porque a sua criação resultou de diálogo do movimento social (no qual a Rede se inclui) com os organizadores da campanha eleitoral da então candidata Luiziane Lins. Entretanto, a interlocução dos gestores com o movimento não ocorreu conforme se esperava.

[...] A ideia era ser gerenciada por alguém que realizasse a interlocução com o movimento, porém isso não aconteceu e não se conhecem os projetos, programas da SDE, em relação à economia solidária a não ser quando já estão sendo executados. Muitas vezes, se tem conhecimento a partir de convites para inaugurações, lançamentos, etc (Coordenação, RCSES).

Com base nas manifestações apresentadas, apurou-se que a missão institucional, responsabilidades e atribuições, ou seja, a estrutura regimental da SDE utilizada para executar as políticas públicas de fomento à economia solidária é conhecida pelos principais atores envolvidos; porém, constata-se uma insuficiência na interlocução do governo municipal com a RCSES, que se faz necessária, haja vista a importância da participação das organizações da sociedade civil, representadas aqui pela Rede, na construção e implementação das políticas públicas, conforme alerta França Filho (2006).

A questão seguinte abordou a adequação da estrutura de pessoal (gestores e técnicos) da unidade orgânica responsável pela implementação dos programas, projetos e ações direcionados à economia solidária na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). O gestor da célula de economia solidária considera a estrutura adequada, mas acha que poderia ser ampliada para melhor atender às demandas de planejamento e execução das atividades, assim com à articulação com os grupos solidários e entidades de apoio e fomento. No momento do levantamento, verificou-se que o quadro funcional da Célula contava com três técnicos e um gestor.

Da mesma forma, percebem os representantes dos empreendimentos econômico-solidários, pois, de acordo com o levantamento mais de dois terços consideram a estrutura de pessoal da célula de economia solidária adequada, porém, com a necessidade de ampliação; além disso, um quinto desses informantes entende que a estrutura é insuficiente para suprir as necessidades da ação pública Municipal.

A coordenação da RCSES, por sua vez, considera que há uma limitação não somente de estrutura, mas de visão dos gestores quanto à compreensão da distinção entre políticas públicas direcionadas ao empreendedorismo econômico e ao desenvolvimento da economia solidária. Atribui essas dificuldades ao pouco conhecimento técnico e social, bem como a limitações de diretrizes da secretaria.

São pessoas do grupo político, de confiança, portanto, mas de pouco conhecimento técnico e social, que, quando querem um direcionamento buscam um intelectual da academia, de nome. Não podemos negar as boas intenções do gerente da célula, mas muitas vezes parado nas "limitações" e diretrizes da secretaria (Coordenação, RCSES)

Mesmo considerando que os programas, projetos e ações sob a responsabilidade da célula de economia solidária nos últimos cinco anos tenham sido realizados sempre em parceria com outros órgãos e entidades de apoio e fomento, como visto no capítulo anterior, a estrutura de pessoal se mostra insuficiente para executar a missão institucional e dar conta da interlocução com os demais atores da economia solidária, os quais, segundo França Filho (2006) exercem papel relevante na consecução das políticas, mesmo que às vezes ocorram divergências e tensões próprias das relações democráticas entre a sociedade e o Estado.

No tocante ao fomento e ao incentivo à participação dos empreendimentos econômico-solidários em espaços coletivos, como, por exemplo, fóruns, redes e conselhos de economia solidária, têm-se novamente divergências de opinião entre as respostas do gestor da célula de economia solidária e da coordenação da RCSES. Para o primeiro, o fomento à participação em espaços

coletivos ocorre, sim, e cita como principal exemplo a criação da Rede Estrela de Iracema¹⁹, criada a partir do Projeto Trabalho Comunitário Solidário de incubação e capacitação. A Estrela de Iracema é uma rede de colaboração solidária que reúne aproximadamente 20 empreendimentos econômico-solidários e mais de 220 associados. Por sua vez, a coordenação da RCSES entende que o fomento da economia solidária deveria ser “freiriana, emancipativa, libertadora e ontológica, o que não acontece”.

Para mais da metade dos representantes dos empreendimentos econômico-solidários pesquisados, a SDE promove muito pouco o fomento ou incentivo à participação dos grupos solidários em espaços coletivos; menos de um terço dos informantes acha que a SDE promove freqüentemente o fomento a esse tipo de participação.

Quando a pesquisa se referiu à participação popular na elaboração da Lei nº 9.622, de 28 de janeiro de 2010, que instituiu a política municipal de fomento à economia solidária em Fortaleza, percebe-se uma convergência de opiniões entre os atores pesquisados, mesmo que as motivações alegadas pela coordenação da RCSES e pelo gestor público apresentem algumas divergências.

Para o gestor da célula de economia solidária

houve uma grande articulação e mobilização dos movimentos populares que militam na economia solidária no Município, bem como dos órgãos públicos e entidades que apóiam o movimento (Gestor Público, SDE).

Por sua vez, a coordenação da RCSES ressalta que foi convocada de última hora, o que não lhe pareceu razoável, uma vez que a Rede vinha desde 2007 realizando discussões sobre a construção de um marco legal para a economia solidária. O convite ocorreu pouco antes de uma audiência pública que havia sido marcada pelo Vereador Ronivaldo Maia, em maio de 2009, para a apresentação do projeto de lei.

¹⁹ As redes solidárias são formadas pela união de grupos produtivos que, de forma coletiva, se articulam para enfrentar as dificuldades de mercado, tais como a sustentabilidade de seus empreendimentos, as condições produtivas, o acesso ao comércio e a competitividade. Nesse sentido, a SDE fomentou a criação da Rede Estrela de Iracema como parte do programa Trabalho Comunitário Solidário. Disponível em www.fortaleza.ce.gov.br/sde. Acesso em: 15/01/2010.

[...] Apesar de nos justificarem que o pré-projeto tinha sido discutido com setores da economia solidária que não faziam parte do coletivo, a RCSES tinha um acúmulo considerável e não poderia deixar passar um projeto pré-pronto sem uma construção ampla (Coordenação, RCSES)

De acordo com a coordenação da RCSES, a convocação para o diálogo e a construção de um projeto de lei do marco legal da economia solidária foi atendida com a condição de que o projeto não fosse apresentado naquela audiência pública, em maio de 2009, mas discutido em reuniões amplas, transparentes e em assembléias populares.

Após audiência, realizamos outra reunião para compor a comissão que deu seqüência a reuniões, amplas e transparentes e assembléia popular. A RCSES esteve a frente do dialogo em todas as etapas da construção do Marco, ate mesmo na câmara o Coletivo acompanhou com o vereador a construção (Coordenação, RCSES).

Quanto aos representantes de empreendimentos econômico-solidários, quando perguntados como avaliavam a participação popular na elaboração da Lei nº 9.622/2010, que instituiu a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária em Fortaleza, mais da metade informou que houve participação significativa do movimento da economia solidária; enquanto que para um terço desse grupo, houve pequena participação de representantes do movimento na construção do marco legal.

Sobre os propósitos das políticas públicas para a economia solidária, implementadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), as percepções do gestor público e da coordenação da RCSES divergem de modo mais acentuado, demonstrando claro distanciamento da compreensão que ambos fazem da ação pública de fomento à economia solidária. Para o gestor público, as políticas são emancipatórias, pois visam a organização da sociedade e a construção de uma cultura sócio-produtiva e sustentável.

O fundamental papel da SDE como fomentadora de políticas públicas para a geração de ocupação e renda é de promover ações de desenvolvimento e difusão de tecnologia, com vistas ao fortalecimento e à modernização do sistema produtivo dos empreendimentos econômicos e à elevação dos níveis de vida da população carente (Gestor Público, SDE).

Por outro lado, a coordenação da RCSES entende que os propósitos das políticas públicas não são de quem compreende a célula de economia solidária como uma conquista democrática do movimento, mas apenas como uma concessão estatal, por isso são pontuais.

Não há uma compreensão ampla da pessoa humana e é como se houvesse um controle social na livre participação, da representação social dos EES beneficiados, que nega a essência libertadora da economia solidária. As ações são passadas como se houvesse uma construção coletiva anterior, mas ainda são construídas sem diálogo amplo e transparente (Coordenação, RCSES).

Os representantes de empreendimentos econômico-solidários, por sua vez, entendem, majoritariamente (quase dois terços), que os propósitos das políticas públicas para a economia solidária implementadas pela SDE são emancipatórios, visando a organização da sociedade e a construção de uma cultura sócio-produtiva e sustentável. Apenas um terço considera tais propósitos compensatórios, visando a geração de trabalho e renda para os mais excluídos.

Quando perguntado em quais políticas de fomento à economia solidária a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) obteve melhores resultados nos últimos três anos, é possível identificar semelhanças entre as respostas do gestor público e dos representantes de empreendimentos econômico-solidários, ao tempo em que a coordenação da RCSES diz não ter informações seguras para responder, uma vez que não participa da construção de tais políticas e nem é informada dos resultados.

Nunca participamos da construção e tão pouco recebemos um balanço de resultados como deveria ser se compreendêssemos o significado de um mandato democrático e popular (Coordenação, RCSES).

Para o gestor da célula de economia solidária, os eixos da política pública em que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) obteve melhores resultados nos últimos três anos foram: formação e capacitação, gestão e apoio técnico e comercialização e cita como exemplo o projeto Trabalho Comunitário Solidário (iniciado em 2006 e implantado em 2007), como referência da ação institucional da Prefeitura, pois tem apresentados resultados importantes no fomento à economia solidária.

Desde a implantação do projeto Trabalho Comunitário Solidário em 2007, a célula de economia solidária vem buscando viabilizar os objetivos propostos que contemplam todos os eixos norteadores para o desenvolvimento das políticas de fomento à economia solidária (Gestor Público, SDE)

Da mesma forma, os representantes de empreendimentos econômico-solidários elegeram como principais avanços da política pública implementada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) os mesmos eixos citados pelo gestor público. É importante ressaltar que a pergunta admite múltiplas respostas, pois quaisquer dos eixos ou todos poderiam ser escolhidos. Dessa forma, para esse grupo, os melhores resultados nos últimos três anos foram em: formação e capacitação, comercialização e gestão e apoio técnico.

Analisando os programas, projetos e ações apresentados no capítulo anterior, em que pese as dificuldades para a implementação integral de algumas iniciativas, é possível identificar as maiores realizações nos eixos formação e capacitação, comercialização e gestão e apoio técnico. O projeto Trabalho Comunitário Solidário ilustra bem os resultados alcançados pela célula de economia solidária. Na primeira versão, iniciada em 2006, o projeto atuou em três áreas: organização da produção, por meio de assessoria para a organização de núcleos produtivos, bem como para o processo de produção e gestão; formação para o consumo, com a capacitação e organização de núcleos de consumidores e finanças solidárias, com a criação de um sistema de financiamento e comercialização solidária (Banco Comunitário). Os valores dos desembolsos correspondem a 67,84% da meta de investimento. A parceria com a Cáritas Brasil e a Associação Terrazul foi encerrada em 2009, porém, a parceria com o Banco Palmas continua em 2010 com a reimplantação do Banco Comunitário RIOSOL.

Na versão iniciada em 2009, o projeto Trabalho Comunitário Solidário focou a incubação e a capacitação. A SDE firmou parceria com o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE (IEPRO) e Associação Civil Alternativa Terrazul; coordenou um comitê gestor de comercialização, formado por empreendimentos econômico-solidários organizados em rede, para implantar uma loja de economia solidária; realizou a capacitação de 220 pessoas, envolvendo 17 grupos produtivos, nos temas: socioeconomia solidária, finanças solidárias, comércio

justo e solidário, redes de colaboração e comercialização, gênero e divisão sexual no trabalho. A SDE contratou, ainda, o Instituto para o Desenvolvimento Sustentável (INDS) para prestar consultoria, acompanhamento e implantação da loja de economia solidária.

É importante ressaltar que tais resultados não são negados pela coordenação da RCSES, mas não podem ser avaliados uma vez que a Rede não participa da construção ou recebe balanço dos resultados, apesar de alguns dos parceiros importantes da SDE naquelas iniciativas integrarem a RCSES, como é o caso do Instituto Palmas e a Cáritas Brasileira.

Quando a abordagem se refere às políticas de fomento à economia solidária que não obtiveram resultados satisfatórios nos últimos três anos, as opiniões também são semelhantes entre os representantes de empreendimentos econômico-solidários e o gestor da célula de economia solidária. Para este, as políticas de crédito e financiamento são as que menos resultados significativos apresentam, em razão da limitação de recursos, os quais são essenciais para o desenvolvimento e implementação dos projetos. Além disso, trata-se do eixo que mais depende de ações de órgãos e entidades no âmbito de outros entes da federação e esferas de poder.

O gestor da célula de economia solidária ressalta que a SDE tem buscado parcerias com organizações não-governamentais que apóiam o crédito solidário e também com instituições de crédito oficiais, a exemplo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), parceiro no programa Agência Cidadã de Crédito (PAC), que se encontra suspenso. Apesar dos esforços, reconhece que não há grandes avanços nessa área.

Apesar desses esforços, cujo objetivo é alavancar o desenvolvimento econômico e social dos empreendimentos, não há um programa de crédito focado na economia solidária (Gestor Público, SDE).

Os representantes dos empreendimentos econômico-solidários tendem a confirmar a percepção do gestor da célula de economia solidária; pois, a metade dos informantes considera que o eixo crédito/financiamento apresentou os

resultados mais insatisfatórios nos últimos três anos, seguido pelo eixo gestão/apoio técnico apontado por um terço dos informantes. Aqui, a exemplo da pergunta anterior, também se admitem múltiplas respostas.

Por sua vez, a coordenação da RCSES não respondeu à questão formulada, alegando que não dispõe de conhecimento suficiente para avaliar tais resultados.

Sobre a articulação da SDE com outros órgãos de governo e entidades da sociedade civil, visando a implementação de programas, projetos e ações de fortalecimento da economia solidária, as respostas foram distribuídas entre “existe pouca articulação” e “existe articulação permanente”. O gestor da célula de economia solidária menciona os principais atores com os quais mantém interlocução para firmar parcerias em projetos e eventos de fomento a economia solidária. No âmbito da administração municipal, destaca a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres; a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), por meio da Coordenadoria de Inclusão Produtiva; a Secretaria de Direitos Humanos, por meio da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) e a Coordenadoria de Políticas Públicas e Promoção da Igualdade Racial (COPPIR). No âmbito externo, a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES), ministérios do governo federal, instituições de crédito, dentre outros.

Os representantes de empreendimentos econômico-solidários também percebem a existência de articulação da SDE com outros órgãos de governo e entidades da sociedade civil em prol do movimento; porém, vêem, basicamente, de duas formas: metade considera que existe articulação permanente e a quase totalidade da outra metade considera que existe pouca articulação.

Por sua vez, a coordenação da RCSES considera que existe alguma articulação da SDE com outros órgãos e entidades da sociedade civil para implementação de programas, projetos e ações de fortalecimento da economia solidária, porém, entende que a estrutura da secretaria está voltada para o empresariado tradicional, com quem esta articulado. Na visão da coordenação da RCSES existem

[...] sérias limitações de compreensão sociopolítica do significado de desenvolvimento local e sustentável e da amplitude da economia solidária enquanto agente de desenvolvimento sustentável [...] (Coordenação, RCSES).

Em relação às ações da SDE de fomento ou incentivo a criação de novos empreendimentos econômico-solidários, verifica-se alguma convergência de opinião entre os atores, porém, de intensidade diferente quanto à forma de como isso ocorre. Para o gestor da célula de economia solidária, a SDE busca incessantemente a captação de recursos junto aos três níveis de governo, instituições de crédito oficiais e entidades que trabalham com finanças solidárias, pois considera que

tais recursos são imprescindíveis para estruturar as equipes técnicas e implementar os novos projetos (Gestor Público, SDE).

Por outro lado, a coordenação da RCSES reconhece a existência de ações relevantes da SDE, porém, tais ações se referem a empreendimentos que já existiam e que já tinham sido fomentados por entidades sociais e igrejas e passaram a receber financiamentos da SDE.

[...] Não podendo, portanto, ser considerada uma ação de política pública, mas de financiamento para estruturar o empreendimento. Mas existem ações (Coordenação, RCSES).

Para a maioria dos representantes de empreendimentos econômico-solidários, existem na SDE poucas ações de fomento à criação de novos empreendimentos; enquanto que menos de um terço considera que existem ações permanentes.

Sobre as iniciativas de apoio à comercialização de produtos da economia solidária, pela SDE, nos últimos três anos, percebe-se que os atores pesquisados admitem, cada um ao seu modo, que houve avanços, principalmente no que se refere a “espaços para venda direta ao consumidor”. Para o gestor da célula de economia solidária, a SDE se destacou em todas as iniciativas mencionadas na pesquisa, ou seja: espaços para venda direta ao consumidor; espaços para trocas solidárias e articulação com outros órgãos da prefeitura,

viabilizando aquisições públicas.

A Célula de Ecosol pactua parceria com a Coordenação de Comercialização da SDE, através da participação nos projetos de feiras, exposições, ou em eventos que a secretaria participa, e ainda, busca se inserir nesse tipo de iniciativa organizada por outros órgãos do Município, do Estado ou da sociedade civil comprometida com a temática. (Gestor Público, SDE)

De acordo com a pesquisa, a maioria expressiva dos representantes dos empreendimentos econômico-solidários reconhece como a iniciativa da SDE de apoio à comercialização de maior destaque os “espaços para venda direta ao consumidor”, seguida de “articulação com outros órgãos da prefeitura, viabilizando aquisições públicas”. Os “espaços para trocas solidárias” foram apontados por menos de um terço dos informantes. Mais uma vez, tem-se um caso em que a pergunta admite múltiplas respostas.

A coordenação da RCSES assinalou como única iniciativa de apoio à comercialização de produtos da economia solidária, promovida pela SDE, a criação de espaços para venda direta ao consumidor. No entanto, faz referência a criação de quiosques nos terminais de ônibus para venda de produtos da economia solidária que se encontram fechados. Admite o fomento da Rede Estrela, mas faz ressalvas.

[...] foi fomentada a Rede Estrela, também sem diálogo amplo e transparente; está em funcionamento, mas o modelo não compreende os princípios da economia solidária. (Coordenação, RCSES)

Como parte da pesquisa de campo, participei como observador de reunião da SDE com a Rede Estrela de Iracema, na qual se discutiu temas como: oficina de capacitação e seminário sobre economia solidária que haviam sido realizados; criação da loja para comercialização de produtos dos grupos associados; entrada de novos empreendimentos na Rede; formalização e cronograma de visitas de assessoramento aos grupos pelos técnicos da célula de economia solidária. Com a observação, foi possível testemunhar a iniciativa de construção de “espaços para venda direta ao consumidor”, apontada como a de maior destaque pelos atores pesquisados. Observou-se, ainda, a preocupação em seguir os princípios da economia solidária na construção de todo o processo, que envolveu os eixos: formação e capacitação; apoio técnico e gerencial e comercialização.

Quanto perguntados, diretamente, sobre quais foram os maiores avanços nas políticas públicas de fomento à economia solidária implementadas pela SDE, os atores pesquisados tiveram a oportunidade de responder de forma aberta qual era a sua percepção e enumerar eventuais conquistas para o movimento da economia solidária. O gestor da célula de economia solidária considera que os maiores avanços se traduzem no reconhecimento da ação institucional da SDE em prol da economia solidária, enquanto política pública, que se tornou referência no município de Fortaleza. Destacou, ainda, a

[...] importância da célula de economia solidária como instrumento facilitador e agregador no desenvolvimento de ações voltadas aos empreendimentos econômicos solidários (Gestor Público, SDE).

Por sua vez, a coordenação da RCSES considera os avanços tímidos e não conhece o suficiente para analisar. Faz menção a um projeto de desenvolvimento concebido pela Cáritas Brasileira em parceria com o Banco do Nordeste (BNB) e a SDE, de reconhecido sucesso, mas que o governo municipal vem dando seqüência isolada. Contudo, a existência de orçamento próprio para a célula de economia solidária representa uma conquista que deveria ser melhor aproveitada.

O que consideramos de relevante, de avanço é que a cédula de economia solidária tem orçamento próprio, destinado no orçamento geral da prefeitura. E este é um dos fatores porque compreendemos as ações insipientes, acanhadas (Coordenação, RCSES).

As respostas dos representantes de empreendimentos econômico-solidários abrangeram vários eixos de desenvolvimento da economia solidária. A organização da Rede Estrela de Iracema foi a iniciativa mais lembrada como referência dos avanços relacionados às políticas de capacitação, apoio técnico e comercialização.

Na minha opinião, foi a criação de redes; isso facilitou muito a entrada de grupos ainda não inseridos nos espaços de comercialização de economia solidária (Representante 1, EES).

O maior avanço obtido foi a construção de várias redes, como por exemplo, a Rede Estrela de Iracema (Representante 2, EES).

Fortalecimento e capacitação para pequenos grupos, obtendo espaços para

venda de produtos (Representante 5, EES).

Foi o lançamento do quiosque que funciona no terminal do Siqueira. Em breve, estaremos com a loja no Centro de Referência do Professor. Esperamos que sejam abertos outros pontos de comercialização em outros terminais (Representante 9, EES).

Acho que os incentivos com relação a financiamento, capacitação e apoio aos empreendimentos tem sido de grande importância para cada grupo que a SDE acompanha (Representante 14, EES).

Em contraponto aos avanços, perguntou-se por último, quais foram as maiores limitações da SDE na implementação das políticas públicas de fomento à economia solidária. Sobre isso, o gestor da célula de economia solidária apontou as limitações de recursos municipais para implementação de programas e projetos em prol do movimento. Ainda na visão do gestor público, o pouco conhecimento sobre o assunto foi fator preponderante que limitou o processo de institucionalização da economia solidária no começo da gestão da prefeita Luiziane Lins, em 2005.

[...] Reconhecimento por parte da equipe da célula de economia solidária, que grupos produtivos realmente já desenvolviam essa política solidária. Em outras palavras, houve, no começo, dificuldade em identificar as manifestações com características e princípios, de fato, da economia solidária (Gestor Público, SDE).

A coordenação da RCSES, por sua vez, considera que as limitações se referem, principalmente, ao modelo de desenvolvimento local e sustentável proposto pelo governo municipal para Fortaleza.

O modelo político-democrático, a capacitação técnica de parte dos profissionais assessores da prefeitura, etc; a política de desenvolvimento como um todo; o modelo de desenvolvimento em si. Temos um quadro até razoável na célula, mas preso ao modelo (Coordenação, RCSES).

Na percepção dos representantes de empreendimentos econômico-solidários, as maiores limitações da SDE na implementação das políticas públicas de fomento à economia solidária dizem respeito à interlocução com os grupos e o acompanhamento e divulgação dos projetos para viabilizar a continuidade das experiências bem sucedidas, assim como a adesão de novos empreendimentos.

No que se refere à procura de projetos que existem na SDE, por falta de informação ou mesmo por não saber como acessar, grupos que acessam às vezes não repassam o conhecimento, ficando com alguns grupos a

informação (Representante 1, EES).

Uma aproximação maior com os grupos formados para que possa haver um intercâmbio de experiência com quem já sabe para quem está com "fome de saber" o que é economia solidária. Porque existem muitos grupos, mas muitos deles, ou seja, a maioria já ouviu falar sobre economia solidária, mas não sabe o que é. Espero que essa limitação seja quebrada para que a economia solidária possa vir a acontecer (Representante 3, EES).

Na questão do acompanhamento dos grupos, projetos de oficinas em artes, cursos temáticos e cursos de gestão de grupos (Representante 11, EES).

Articulação das políticas (Representante 13, EES).

Na verdade, é necessário que se tenha um envolvimento bem maior, tanto por parte dos grupos como pela secretária, as ações devem ser mais diretas e eficazes (Representante 14, EES).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação se propôs a investigar as políticas públicas de fomento à economia solidária, tomando como delimitação a ação pública do governo municipal de Fortaleza. Com base no pressuposto de que a economia solidária é uma importante estratégia de desenvolvimento local e sustentável, na qual a organização da sociedade e os coletivos sócio-produtivos são priorizados, em detrimento da dimensão puramente econômica, buscou-se investigar como tais políticas são percebidas pelos principais atores da economia solidária, ou seja, pelo gestor da célula de economia solidária, pelos representantes de empreendimentos econômico-solidários e pela coordenação da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária.

A pesquisa se propôs, ainda, a identificar os avanços e as limitações na implementação das políticas públicas sob a responsabilidade da célula de economia solidária, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município. Considerou, ainda, como premissas essenciais para a construção das políticas públicas de economia solidária a compreensão de qual deve ser a política pelo gestor, a articulação intra-governamental e a participação da sociedade civil.

Na revisão teórica e bibliográfica dos elementos que se inserem no contexto do objeto de estudo abordou-se, inicialmente, os conceitos, princípios e experiências que contribuíram para o (re)surgimento da economia solidária. Nesse sentido, concluiu-se que a economia solidária vem passando por um processo de ressignificação ao promover a centralidade da pessoa, em detrimento do capital, na geração de trabalho e renda. Essa ressignificação se apresenta, ainda, como estratégia para a conquista de direitos sociais e coletivos, os quais tendem a ser assegurados à medida que se promove a institucionalização do movimento, possibilitando, assim, a inclusão social e o exercício da cidadania ativa.

Quanto ao processo de construção da política pública, verifica-se a necessidade de participação de todos os atores da economia solidária, de modo a garantir legitimidade na sua implementação. A política pública de economia solidária

deve ser resultado de concepções de natureza emancipatória e desenvolvimentista, conforme Pochmann (2004), e sustentável-solidária, de acordo com França Filho (2006), de modo a viabilizar a geração de trabalho e renda, a constituição de arranjos produtivos e, acima de tudo, o desenvolvimento local e sustentável, com fortalecimento das relações sociais, políticas e culturais. Por último, discutiu-se a categoria modo de produção, em que se concluiu que o desafio da economia solidária é adaptar-se a modos de produção para os quais é atípica, uma vez que, na atual economia de mercado, não é possível subsistir sem os sistemas externos de exploração do excedente. Aqui também se faz necessária a ação do poder público para regulamentar as iniciativas da economia solidária, enquanto modo de produção, como forma de possibilitar a sua adaptação às externalidades do capitalismo.

Na pesquisa de campo, enfatizou-se a coleta de informações a partir de três fontes principais: o perfil da economia solidária no município de Fortaleza, o levantamento da institucionalização da economia solidária no governo municipal e o registro das percepções dos atores que fazem o movimento, para extrair as conclusões acerca das limitações e avanços na consecução das políticas de fomento à economia solidária.

No levantamento da institucionalização da economia solidária no governo municipal, registraram-se os programas, projetos e ações de fomento à atividade levados a efeito pela célula responsável na SDE, desde 2005. Nesse sentido, é possível constatar um esforço considerável no sentido de promover oportunidades de trabalho e renda aos mais desfavorecidos, considerando a perspectiva da autogestão e do desenvolvimento local e sustentável.

Os principais eixos das iniciativas verificadas, desde 2005, foram: formação/capacitação, apoio a comercialização e incubação de empreendimentos. Contudo, faz-se necessário registrar que parte importante dessas iniciativas não foi concluída em sua totalidade, tendo como razão principal a falta de recursos. Mesmo considerando que alguns projetos ainda estão em andamento, como é o caso do projeto Trabalho Comunitário Solidário, verifica-se que, das 18 iniciativas, quatro não foram implantadas e oito foram implantadas parcialmente.

É importante destacar, também, as iniciativas de promoção da economia solidária como estratégia de fortalecimento do movimento, como é o caso da organização de feirões e da realização do seminário internacional de economia solidária.

Sobre as percepções dos atores envolvidos na pesquisa, o Gestor Público considera que a institucionalização da economia solidária representa uma conquista para o movimento popular, pois a SDE é referência em desenvolver e fortalecer políticas públicas voltadas à economia solidária no município de Fortaleza. Contudo, reconhece algumas dificuldades na consecução das políticas públicas em razão de limitações financeiras. A percepção que o Gestor faz sobre as políticas públicas de fomento à economia solidária se expressa pelas seguintes afirmativas:

- a) A divulgação da estrutura regimental a serviço da economia solidária ocorre por meio de fóruns, conferências, feirões, oficinas de capacitação e da interlocução com órgãos oficiais e entidades de apoio à economia solidária;
- b) A estrutura de pessoal poderia ser ampliada para desenvolver de forma mais adequada a ação pública, ampliando a articulação com os empreendimentos econômico-solidários e entidades de apoio e fomento;
- c) O fomento à participação dos empreendimentos econômico-solidários é prática adotada pela SDE, que tem na Rede Estrela de Iracema o seu melhor exemplo;
- d) Houve grande articulação e mobilização dos movimentos populares na construção da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária;
- e) Os propósitos das políticas desenvolvidas para a economia solidária são emancipatórios, pois visam a modernização do sistema produtivo dos empreendimentos econômicos e a elevação dos níveis de vida da população carente;
- f) Os eixos da política pública em que a SDE obteve melhores resultado nos últimos três anos foram: formação e capacitação,

- gestão e apoio técnico e comercialização;
- g) As políticas de crédito e financiamento para a economia solidária são as que menos resultados significativos apresentaram, em razão da limitação de recursos;
 - h) A SDE se articula para firmar parcerias em projetos e eventos de fomento à economia solidária, quer seja no âmbito da administração municipal, quer seja com órgãos e entidades externas;
 - i) A SDE busca incessantemente a captação de recursos para fomentar a criação de novos empreendimentos econômico-solidários;
 - j) As iniciativas de apoio à comercialização de produtos da economia solidária de maior destaque foram: espaços para venda direta ao consumidor; espaços para trocas solidárias e articulação com outros órgãos da prefeitura, viabilizando aquisições públicas;
 - k) Os maiores avanços da SDE se traduzem no reconhecimento da ação institucional em prol da economia solidária, enquanto política pública que se tornou referência no município de Fortaleza;
 - l) As maiores limitações da SDE na implementação das políticas públicas de fomento à economia solidária foram: a dificuldade de obtenção de recursos e o pouco conhecimento da equipe da célula de economia solidária sobre o tema, no início do processo de institucionalização.

Com vistas a estabelecer base comparativa com as percepções do gestor da célula de economia solidária, levantou-se também a opinião da coordenação da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES), que reconhece alguns avanços, mas faz restrições ao próprio modelo da política pública de fomento à economia solidária implementado pelo governo municipal. A percepção da coordenação da RCSES sobre as políticas públicas coordenadas pela SDE pode ser resumida nas seguintes afirmativas:

- a) A estrutura regimental da SDE responsável pela execução das políticas públicas de fomento à economia solidária é de conhecimento da RCSES, pois esta integrou o movimento social

que discutiu a sua criação com os organizadores da campanha eleitoral da então candidata Luiziane Lins;

- b) Há uma limitação que vai além da estrutura de pessoal, uma vez que os gestores do governo municipal têm dificuldade de distinguir políticas públicas para o empreendedorismo de políticas públicas para o desenvolvimento da economia solidária;
- c) O fomento à participação dos empreendimentos econômico-solidários em espaços coletivos não considera perspectivas de emancipação e libertação;
- d) A construção do marco legal da economia solidária ocorreu com participação efetiva da RCSES, que estabeleceu como condição a realização de discussões amplas, transparentes e em assembleias populares;
- e) Os propósitos das políticas públicas executadas pela SDE não são de quem compreende a célula de economia solidária como uma conquista democrática, mas apenas como uma concessão estatal, uma vez que as ações são construídas sem diálogo e transparência, negando a essência libertadora da economia solidária;
- f) Os resultados das ações da SDE de fomento à economia solidária não são conhecidos, pois não há participação nem acompanhamento pela RCSES;
- g) Existe pouca articulação da SDE com outros órgãos de governo e entidades da sociedade civil para o fomento da economia solidária, pois há limitações na compreensão do significado de desenvolvimento local e sustentável e da amplitude da economia solidária;
- h) Existem ações de fomento a empreendimentos econômico-solidários, porém, são direcionadas a grupos já existentes e não à criação de novos grupos;
- i) A criação de espaços para venda direta ao consumidor constitui a iniciativa de melhor destaque da SDE no apoio à comercialização de produtos da economia solidária;
- j) O maior avanço obtido pela SDE foi a criação de orçamento próprio

para Célula de Economia solidária;

- k) As maiores limitações se referem ao modelo de desenvolvimento local e sustentável proposto pelo governo municipal para Fortaleza.

Quanto às percepções dos representantes dos empreendimentos econômico-solidários, vale ressaltar que tais informantes detêm um conhecimento mínimo da institucionalização da economia solidária no município de Fortaleza, uma vez que se definiu como critério para a seleção da amostra não probabilística intencional pesquisar grupos que participavam ou haviam participado de projetos sob a responsabilidade da célula de economia solidária e, ainda, grupos que, apesar de terem conhecimento da ação pública municipal, nunca participaram de iniciativa oficial. Considerou-se acertado o critério de escolha dos empreendimentos com alguma informação sobre a ação pública, uma vez que somente pode opinar sobre determinado assunto quem detém, pelo menos, algum conhecimento sobre o mesmo.

Dessa forma, ao analisar os resultados da pesquisa de campo, é possível afirmar, de modo geral, que há um reconhecimento das políticas públicas implementadas pela SDE, por meio da célula de economia solidária e, ainda, que essa institucionalização no governo municipal é importante para o desenvolvimento da economia solidária. Essa inferência decorre das seguintes assertivas:

- a) A divulgação da estrutura regimental da SDE é percebida como adequada ou ampla por quase dois terços dos empreendimentos pesquisados;
- b) Apesar de considerar que a estrutura de pessoal é adequada, mais de dois terços dos empreendimentos acham que o quadro de gestores e técnicos poderia ser ampliado;
- c) O fomento à participação em espaços coletivos é considerado muito pouco, para mais da metade dos empreendimentos;
- d) Houve participação popular significativa na elaboração da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, para mais da metade dos empreendimentos;
- e) Os propósitos das políticas públicas para a economia solidária

visam a emancipação, por meio da organização da sociedade e a construção de uma cultura sócio-produtiva e sustentável, para quase dois terços dos empreendimentos;

- f) As áreas de fomento à economia solidária que apresentaram melhores resultados nos últimos três anos foram: formação e capacitação, comercialização e gestão e apoio técnico;
- g) Crédito e financiamento compõem a área de fomento à economia solidária, na qual a SDE apresentou resultados mais insatisfatórios nos últimos três anos;
- h) A articulação da SDE com outros órgãos de governo e entidades da sociedade civil é considerada permanente, para metade dos empreendimentos pesquisados, enquanto a quase totalidade da outra metade considera essa articulação insuficiente;
- i) As ações de fomento à criação de novos grupos econômico-solidários são poucas, para mais da metade dos empreendimentos e
- j) A iniciativa de apoio à comercialização de produtos da economia solidária com maior destaque nos últimos três anos foi a criação de espaços para venda direta ao consumidor.

Com base nas percepções dos atores pesquisados, assim como na análise da institucionalização da economia solidária no governo municipal, especialmente no que se refere aos programas, projetos e ações executados nos últimos cinco anos pela SDE, por meio da célula de economia solidária, é possível identificar alguns avanços e também limitações nas políticas públicas de fomento à atividade.

De início, há de se considerar a institucionalização da economia solidária no governo municipal como a iniciativa mais importante para o desenvolvimento da economia solidária. Essa institucionalização é resultado de compromisso assumido com os movimentos populares, ainda na época de campanha da candidata Luiziane Lins, e se constitui na estrutura regimental criada na SDE em 2005. A estrutura abrange a célula de economia solidária, integrada por gestor e técnicos, orçamento próprio, programas, projetos e ações em prol do

desenvolvimento da economia solidária. Sem entrar no mérito dos resultados, por enquanto, a institucionalização da economia solidária no governo municipal já representa um avanço, tendo em vista que esta realidade ainda não se propagou para a maioria dos estados e municípios brasileiros.

A interação e articulação da célula de economia solidária com outras unidades da SDE e com outros órgãos do governo municipal representam, também, um importante fator para consecução das políticas públicas de fomento à economia solidária. Considerando que a economia solidária se insere em várias dimensões (FRANÇA FILHO, 2006), a execução de vários projetos e ações nesse sentido contou com a parceria de outros órgãos do governo municipal, a exemplo das Secretarias Executivas Regionais (SERs), da Coordenadoria de Promoção de Políticas para as Mulheres, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura (SEINF), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos (SEMAM), da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) e da Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude. Essa realidade permite se concluir pela presença de um alinhamento mínimo das estruturas da administração municipal em relação ao fomento à economia solidária.

Outra medida de considerável avanço para o movimento de economia solidária se verifica com a organização de redes de cooperação solidária, a exemplo da Rede Estrela de Iracema, que oferece suporte aos grupos econômico-solidários por meio de capacitação, apoio técnico e assessoramento na comercialização. O grande mérito nesse formato é a verticalidade no apoio aos empreendimentos para enfrentar as dificuldades de mercado, pois os associados são acompanhados nas etapas de desenvolvimento, design e preço dos produtos; gestão do negócio e acesso ao mercado. No caso da Rede Estrela de Iracema, a SDE custeou, ainda, a consultoria para a implantação de uma loja solidária e as despesas iniciais para o seu funcionamento.

A iniciativa mais recente que pode ser considerada um avanço da ação pública em prol do movimento da economia solidária foi a criação da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, como parte da Política de Desenvolvimento Econômico e Social do município de Fortaleza. Conforme

registrado no capítulo 5, o processo de construção da política envolveu os movimentos populares, o Poder Legislativo e a sociedade civil organizada, esta representada pela Rede Cearense de Socioeconomia Solidária.

Em que pese algumas omissões, a Lei nº 9.622, de 28 de janeiro de 2010, estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e a composição da política pública de fomento à economia solidária, representando, nesse contexto, o marco legal no município de Fortaleza para a formulação das políticas, programas, projetos e ações de fortalecimento do trabalho associado, com a participação da sociedade civil organizada.

A propósito do marco legal, verifica-se aí as primeiras limitações da SDE na consecução das políticas públicas de fomento à economia solidária. Isso porque a Lei nº 9.622/2010 não tratou da constituição do fundo público e nem do conselho municipal de economia solidária. Ambos são instrumentos essenciais para promover o desenvolvimento da economia solidária, quer seja assegurando os recursos necessários à implementação de programas, projetos e ações, quer seja promovendo o acompanhamento da política pública pelos empreendimentos econômico-solidários e entidades de apoio e fomento. Além disso, o Conselho seria o fórum mais adequado para a interlocução entre o poder público e a sociedade civil.

Outra importante limitação que se verificou é o distanciamento e a pouca interlocução com a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, admitidos claramente por esta última. A RCSES reúne aproximadamente 15 entidades de apoio e fomento e 35 grupos solidários identificados ideológica e pragmaticamente com os princípios da economia solidária; sendo assim, constitui-se num ator importante na construção e desenvolvimento das políticas públicas. Esse distanciamento, portanto, limita o reconhecimento da ação pública municipal pela sociedade civil, notadamente, pelos coletivos envolvidos com o movimento. É o que se verifica quando se confrontam as percepções do gestor da célula de economia solidária e da coordenação da RCSES. Ainda sobre isso, identificou-se que a divulgação dos projetos e a interlocução com os grupos econômico-solidários são oportunidades de melhorias na ação pública municipal.

Registre-se, também, como dificuldade, a falta de recursos suficientes para a implementação de programas e projetos de maior abrangência e impacto no desenvolvimento local e sustentável da economia solidária. Observou-se, como base no registro dos programas, projetos e ações apresentados no capítulo 5, que várias iniciativas ficaram inconclusas devido à falta de recursos. Essa condição está diretamente relacionada à ausência de Fundo capaz de assegurar políticas de crédito e financiamento aos grupos econômico-solidários. Atribui-se a essa dificuldade o que França Filho (2006) chamou de caráter inovador da economia solidária, uma vez que se trata de política em construção e que, por isso, encontra dificuldade de enquadramento pelas instituições de crédito e financiamento.

Em que pese a afirmativa do gestor público, com a qual os representantes de empreendimentos econômico-solidários parecem concordar, de que o eixo da comercialização está entre os que apresentaram melhores resultados nos últimos três anos, não se verificou na pesquisa de campo a existência de mecanismos de favorecimento dos empreendimentos econômico-solidários nas compras do governo municipal. Essa condição é reflexo da ausência de instrumentos macroeconômicos, a que se referem Kapron e Fialho (2003), os quais possam respaldar a política pública local.

Nesse sentido, a Lei Municipal nº 9.622/2010 estabelece a constituição de demandas por meio das compras governamentais como um dos instrumentos da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária. No entanto, o dispositivo carece de regulamentação que deverá observar os ditames da Lei Federal nº 8.666/1993, das Licitações e Contratos, que se apresenta pouco flexível em sua conformação atual.

Mesmo com as dificuldades e limitações aqui registradas: a não criação do conselho municipal e do fundo público pelo marco legal, o distanciamento e a pouca interlocução com a RCSES, a falta de recursos financeiros e a ausência de mecanismo eficaz de inserção nas compras governamentais, há de se considerar que a economia solidária passou a fazer parte da agenda do governo municipal. A institucionalização, a política pública municipal e a criação de Redes Solidárias de colaboração são avanços significativos para a construção de políticas públicas

eficazes que promovam o desenvolvimento da economia solidária.

Por fim, em que pese as divergências nas percepções dos atores pesquisados, não se pode afirmar que as políticas de fomento à economia solidária levadas a efeito pela SDE são ações assistencialistas, mas que se constituem em meio para possibilitar o trabalho e a renda, sem desconsiderar a emancipação dos indivíduos enquanto participantes de coletivos produtivos conscientes do seu papel no desenvolvimento local e sustentável; cabendo, portanto, à célula de economia solidária, com apoio institucional, promover ações para mitigar as limitações e avançar nas conquistas em prol do movimento.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO – ADS/CUT. **Planejando empreendimentos solidários**. Organizado por Arilson Favareto. São Paulo: CUT, 2004.

ARENDDT, Hannah. **As Origens do totalitarismo**. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

ASSEBURG, Hans B.; OGANDO, Cláudio (2006). **Cartilha da economia solidária no Rio Grande do Sul. Resultados do primeiro mapeamento nacional – A perspectiva dos direitos humanos**. Porto Alegre: 2006

BAJOIT, G. **A economia solidária: um modo de produção alternativo ao capitalismo**. Ciências Sociais Unisinos, 40(164): 153-173, 2004.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BERTUCCI, Ademar. **Limites e possibilidades de organização dos excluídos: os projetos comunitários da Cáritas Brasileira**. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1988. [Trad. Carlos Nelson Coutinho]

CHIZZOTTI A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes; 2006.

COSTELLA, Luis. **O mundo do trabalho e a construção de uma economia popular solidária**. São Leopoldo: 1999. (Especialização em Cooperativismo). CESCOOP - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica: Teoria e Prática – 2ª edição**. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação**. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Philippe (Orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GAIGER, L. **A solidariedade como alternativa econômica para os pobres**. São Paulo: Contexto e Educação, 1998.

_____. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GIL AC. **Como elaborar projetos e pesquisa**. 3a ed. São Paulo: Atlas; 1995.

GODELIER, Maurice. **D'un mode de production à l'autre: théorie de la transition**. In GAIGER, L. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GOODE; WJ, HATT PK. **Métodos em pesquisa social**. 5a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional;1979.

HAM, C. & HILL, M. **The Policy Process in the Modern Capitalist State**. New York: Ed. Harvester, 1984.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. In: GAIGER, L. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

KAPRON, Sérgio; FIALHO, Ana Lúcia. **Políticas públicas para a economia solidária**. In: CATTANI, Antônio David (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

KREIN, José Dori; BIAVASCHI, Magda Barros; ZANELLA, Eduardo Benedito de Oliveira; FERREIRA, José Otávio de Souza. **As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores**. São Paulo. Ltr. 2006.

MARTINS, Juliano Rodrigues; GASPARIN, Leandro Martins. **Logística solidária**. São Paulo: Scortecci, 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Brasil). **Atlas da economia solidária no Brasil**. Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp. Arquivo capturado em: 7 de fevereiro de 2008.

_____. **Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento**. Texto final da I Conferência Nacional de Economia Solidária. Brasília: 2006.

_____. **Políticas públicas em economia solidária: reflexões da Rede de Gestores**. Secretaria Nacional de Economia Solidária – MTE. Rede de Gestores de Políticas de Economia Solidária. Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro; apresentação Valmor Schiochet. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

POCHMANN, M. **Políticas de Inclusão Social - Resultados e Avaliação**. São Paulo: Cortez, 2004.

PIOVESAN, Flávia. **“Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos”**. Texto que embasou a intervenção apresentada na Conferência Internacional sobre Ação Afirmativa e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: 2004.

SINGER, Paul. **Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo**. Proposta, n. 72, 1997.

_____. **Economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs.). **Uma outra economia é possível – Paul Singer e a economia solidária.** São Paulo: Contexto. 2003.

SCHWENGBER, Ângela. **Diretrizes para uma política pública solidária no Brasil.** In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Philippe (Orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações; o velho e o novo numa discussão marxista.** In: GAIGER, L. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

TELLES, Vera da Silva: **Direitos Sociais: Afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 194p. – (Humanitas Pocket).

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

WIKIPÉDIA (enciclopédia eletrônica livre). O projeto Wikipédia foi iniciado em 15 de Janeiro de 2001 e é mantido por centenas de colaboradores de todas as partes do mundo que editam milhares de artigos. Apresenta texto sobre economia solidária e link para outras fontes sobre o assunto. Acesso em: 7 de fevereiro de 2009.

YIN R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)